

Nas margens da diplomacia portuguesa quinhentista. O singular testemunho de Roma por um criado de D. Jaime, 4º duque de Bragança (1510-1517)*

PAULO CATARINO LOPES

Instituto de Estudos Medievais (IEM – FCSH/NOVA);
Centro de História d'Aquém e d'Além Mar (CHAM – FCSH/NOVA);
Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).
peclopes@gmail.com

Resumo: No início do século XVI, as relações políticas entre as diversas monarquias europeias e a consequente prática diplomática vivem um processo de profunda transformação que culmina com o nascimento da diplomacia moderna, expressa na sua forma acabada na figura do embaixador permanente. Tal processo configura-se e materializa-se no espaço da Península Itálica, muito especificamente em Roma. Disso dá conta o relato intitulado *Tratado que hum criado do duque de bragança escreueo pera sua senhoria dalgumas notauees cousas que vio hindo pera Roma. E de suas grandezas E Indulgenças, E grandes aconteçimentos que laa socçederam em espaço de sete años que hi esteve*. Da autoria de um anónimo fidalgo português, criado do 4º duque de Bragança, D. Jaime, que habitou em Itália entre 1510 e 1517, este documento revela como no dealbar do século XVI a *mirabili urbe* ainda mantém uma centralidade fundadora, impondo-se não apenas como sede espiritual do mundo cristão, mas também como cidade cosmopolita, ícone cultural do Renascimento e grande centro de poder político onde as potências coevas disputavam a hegemonia sobre o *Velho Continente*.

Palavras-chave: Roma, Europa, Diplomacia, Renascimento, Casa de Bragança.

On the fringes of 16th century Portuguese diplomacy. The unique account of Rome by a servant of Jaime, 4th Duke of Bragança (1510-1517)

Abstract: In the early sixteenth century, the political relations between the various European monarchies and the consequent diplomatic practices were under a process of deep transformation that culminated in the birth of modern diplomacy, expressed in its finished form in the figure of the permanent ambassador. This process emerged and took effect in the Italian peninsula, very specifically in Rome. This represents the content of the report entitled *Tratado que hum criado do duque de bragança escreueo pera sua senhoria dalgumas notauees cousas que vio hindo pera Roma. E de suas grandezas E Indulgenças, E grandes aconteçimentos que laa socçederam em espaço de sete años que hi esteve*. Written by an anonymous Portuguese nobleman, servant of the 4th Duke of Bragança, D. Jaime, who lived in Italy between 1510 and 1517, this document reveals how at the dawn of the sixteenth century the *mirabili urbe* still maintained a founding centrality, imposing itself not just as the spiritual headquarters of the Christian world but also as a cosmopolitan city, the Renaissance cultural icon and the major center of political power where coeval potencies disputed hegemony over the *Old Continent*.

Keywords: Rome, Europe, Diplomacy, Renaissance, *Casa de Bragança*.

* Artigo desenvolvido no âmbito de um Projeto de Pós-Doutoramento financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (refª. SFRH/BPD/97963/2013).

No início do século XVI, as relações políticas entre as diversas monarquias europeias e a consequente prática diplomática vivem um processo de profunda transformação que culmina com o nascimento da diplomacia moderna, expressa na sua forma acabada na figura do embaixador permanente¹. Tal processo configura-se e materializa-se no espaço da Península Itálica, muito especificamente em Roma.

Disso dá conta o anónimo Fidalgo português, criado do 4º duque de Bragança, D. Jaime, que parte de Chaves em direção a Roma a 21 de maio de 1510, para só regressar ao reino que o viu nascer em setembro de 1517.

Com base nesse périplo por terras italianas, o viajante flaviense redige, mais tarde², um extenso relato intitulado *Tratado que hum criado do duque de braguança escreueo pera sua senhoria dalgumas notauees cousas que vio hindo pera Roma. E de suas grandezas E Indulgenças, E grandes aconteçimentos que laa socçederam em espaço de sete años que hi esteue*³, em cujos fólhos faz desfilar toda a complexidade das relações políticas internacionais que têm lugar na capital da Cristandade na aurora de Quinhentos.

A quase totalidade do conteúdo deste testemunho – que passou a ser conhecido como *Memórias de um Fidalgo de Chaves*⁴ – reporta a acontecimentos e figuras que tiveram lugar em Itália, num arco temporal que podemos situar entre 1510 e 1517, período durante o qual o inominado autor aí viveu.

Representativo de uma época e de um espaço cruciais da história europeia, este documento constitui um testemunho privilegiado de um olhar “português” sobre a Roma do dealbar do século XVI enquanto espaço político-religioso fundador, onde as grandes potências coevas disputavam a hegemonia sobre o *Velho Continente*⁵.

Noutra vertente, as *Memórias* permitem perscrutar indícios que ajudam na obtenção de respostas para algumas questões fundamentais: numa época em que Portugal está predominantemente virado para o Atlântico e os Novos Mundos, qual a natureza e o impacto dos contactos diplomáticos mantidos com a capital da

1 Cf. Lucien Bély – *L'art de la paix en Europe. Naissance de la diplomatie moderne XVIe-XVIIe siècle*. Paris: PUF, 2008, p. 1-26.

2 As pistas fornecidas pelo autor, quando combinadas com os dados de que hoje dispomos, permitem concluir que a redação do texto final não tenha acontecido antes de meados de julho de 1521 e em momento posterior ao início de dezembro do mesmo ano.

3 Integrado na *Colección de Don Luis de Salazar y Castro* da Academia de História de Madrid com a classificação N-76 / Varios Portugueses (Signatura 9/I.081, folhas 136 a 227v), este documento ocupa os fólhos 136r-227v de uma miscelânea portuguesa, manuscrita e encadernada em pergaminho, que totaliza 250 fólhos e contém 39 peças. Trata-se muito provavelmente da cópia manuscrita de um original perdido em língua portuguesa, de autor anónimo. Apesar de não incluir qualquer data, o longo manuscrito, constituído por 92 fólhos redigidos ao que tudo indica por um único copista, apresenta uma caligrafia que o coloca cronologicamente na segunda metade do século XVI.

4 A partir daqui, a designação da obra surge sempre de forma abreviada: *Memórias*.

5 Para um maior aprofundamento do tema consulte-se a seguinte bibliografia: Christine Shaw – *The papal court as a centre of diplomacy: from the peace of Lodi to the Council of Trent*. In *La Papauté à la Renaissance, Actes du XLVIe colloque international d'études humanistes*. Tours, 30 juin-4 juillet 2003. Dir. Florence Alazard et Frank La Brasca. Paris: Honoré Champion, 2007, p. 621-638; Gianvittorio Signorotto, Maria Antonietta Visceglia (a cura di) – *La corte di Roma tra Cinque e Seicento teatro della politica europea*. Roma: Bulzoni, 1998; Henry Kamen – *Empire: How Spain Became a World Power, 1492-1763*. New York: Harper Collins, 2003; Jean-Michel Salmann – *Géopolitique du XVIe siècle. 1498-1618*. Paris: Seuil, 2003.

Cristandade? São eles reveladores de uma nova forma de fazer política externa e, consequentemente, de conceber a diplomacia em Portugal no complexo despertar do século XVI? Qual a posição de Portugal relativamente às grandes querelas europeias de então, que tinham por cenário a Itália e, mais especificamente, a capital da Cristandade? Roma ainda mantém uma centralidade fundadora, cujo peso pode ser decisivo na arbitragem de disputas internacionais entre as potências europeias à época em ascensão? Corresponde, de facto, o início de Quinhentos a uma nova era na forma de praticar a atividade diplomática na Europa? Em caso positivo, verifica-se uma relação com a emergência das monarquias nacionais e das grandes Casas dinásticas europeias?

O (único) destinatário do texto é o emergente 4º duque de Bragança, D. Jaime (1479-1532)⁶: “E feita oração me fui apousentar A cidade onde estiu sete anos E onze dias, trabalhando neste tempo de ver E de saber as cousas notavees que se em Roma E naquellas partes passaram pera dellas saber dar conta a vossa Jlustriissima senhoria.”⁷

Ao mesmo tempo que apresentam grande fluidez informativa e ecletismo de temas e situações, as *Memórias* alimentam-se diretamente do histórico e do factual. Isto faz com que o registo do texto se cruze com géneros narrativos tão diversos como o relato de viagens, as memórias, a missiva (no sentido de carta de conteúdo político), a epístola de carácter pessoal, a crónica urbana (na medida em que experimenta a narração de cenas de rua e de movimentações coletivas), a relação e, por último, o relatório. Uma mistura de vários tipos de registos que, saliente-se, acontece sem sobressalto.

O autor marca o seu texto com descrições e panoramas quase visuais, fotográficos mesmo. Privilegia não apenas o que vê, mas também as particulares emoções e atitudes inerentes. E, não raras vezes, com entusiasmo, expresso particularmente nos detalhes sobre o vivido e o observado. É em situações como estas, aliás, que a sua narrativa se afasta em absoluto da aridez tradicionalmente associada aos documentos oficiais⁸.

O período de viragem entre Quatrocentos e Quinhentos assistiu a um triplo processo de deslocação dos poderes. Em primeiro lugar, devido ao movimento de transcontinentalização da civilização europeia, cujos efeitos, circunstanciais no início, rapidamente passaram a influir no equilíbrio de poderes no seio do próprio continente europeu. Depois, verificou-se uma aceleração do processo de centralização

6 Em 1496, após treze anos de exílio na vizinha Castela, os descendentes do 3º duque de Bragança, D. Fernando II (1430-1483), executado a 20 de junho de 1483 por ordem do rei D. João II de Portugal (1455-1495, soberano desde 1481), assistiram à restauração da Casa brigantina pelo novo monarca, D. Manuel I (1469-1521, rei desde 1495).

7 *Memórias*, fl. 139v.

8 De entre variadíssimos exemplos, vejam-se a descrição relativa ao Carnaval romano (*Memórias*, fl. 181v a fl. 184r) e o capítulo concernente às mulheres romanas e respetivos trajas (*Memórias*, fl. 184r a fl. 185r).

do poder nas monarquias mais importantes da Cristandade. E, por último, o Turco impôs o seu poderio na “porta” oriental da Europa, de que a conquista de Constantinopla em 1453 foi uma decisiva etapa, numa dinâmica de crescimento imperial que condicionou fortemente a história do continente no século XVI.

Ao invés da Espanha, França e Inglaterra, onde as combinações territoriais tendem para a unidade sob a autoridade régia, a Itália experimenta um ambiente político que, tal como o próprio território, se caracteriza por um completo espartilhar. Daí que no seu seio se tenham experimentado as capacidades de funcionamento das mais diversas formas de Estado, desde principados a repúblicas, passando por regimes e monarquias senhoriais ou despóticas de modelo europeu. O que não surgia no horizonte era uma centelha que fosse de um estado politicamente unido, forte e com vislumbres de longevidade.

Como sustentáculo deste caos geopolítico destaca-se uma economia florescente, baseada sobretudo no comércio e na indústria, e um inigualável brilhantismo cultural e artístico, resultante precisamente dessa fragmentação territorial e política que tinha como consequência última a multiplicação dos centros artísticos. Cada senhor queria apresentar-se como culturalmente mais poderoso do que o seu vizinho e potencial adversário. Daí que o mecenato florescesse como em nenhum outro espaço europeu. Ponto central da política europeia, a Itália era desta forma também o seu coração em termos de vida cultural e de progresso civilizacional.

A Itália encontrava-se, pois, dividida numa imensidão de pequenos Estados, donde sobressaíam pelo seu maior poder cinco, a saber, o ducado de Milão, as Repúblicas de Florença e de Veneza, os Estados da Igreja e o reino de Nápoles. Nenhum deles era suficientemente forte para dominar os outros, mas tinham-no como objetivo. Um país assim dividido, mas tão excecionalmente rico, convidava à invasão. Milão a Norte e Nápoles a Sul eram o mote, na medida em que estavam bem no centro das ambições dinásticas da Espanha e da França, as potências europeias à época em ascensão. Nicolau Maquiavel (1469-1527) seguiu de perto a realidade italiana para fundamentar o seu pensamento político. No entanto, o apelo que lança no derradeiro capítulo da sua obra *O Príncipe*⁹ não podia estar mais longe da realidade. A unidade italiana era uma utopia no início do século XVI.

Conscientes desse facto e dele aproveitando-se, as potências estrangeiras exploraram a conflitualidade interna italiana e acabaram por transformar o solo itálico no grande campo de batalha do século XVI, aí se jogando o destino da Europa ocidental¹⁰. A península sofreu neste período a passagem e a devastadora presença de sucessivos exércitos estrangeiros. Um ponto alto desta realidade dá-se quando

9 Escrita em 1513 e publicada, postumamente, em 1532.

10 Cf. Christine Shaw – *Italy and the European powers: the impact of war, 1500-1530*. Boston: Brill, 2006; Frederick Lewis Taylor – *The art of war in Italy, 1494-1529*. Cambridge: Cambridge University Press, 1921.

assiste, impotente, ao saque de Roma de 1527 pelas forças mercenárias a soldo de Carlos V¹¹.

À chegada do século XVI, o Turco era a entidade hegemónica no sudeste europeu e, com particular relevância geoestratégica, no Mediterrâneo Oriental¹². Mas da Europa que predomina do ponto de vista político e civilizacional, ou seja, a Ocidental, sobressaem duas potências que expressam na sua ascensão como nações unificadas, embora em alguns aspetos ainda de forma precária, e cada vez mais centralizadas, a desagregação do mundo feudal: a França e a Espanha. Por parte destes dois grandes protagonistas elevar-se-á uma acesa busca pela hegemonia que marcará grande parte do século XVI. Será a rica e esplendorosa Itália o grande palco de tal disputa, cuja materialização última são as *Guerras de Itália*, que se desenrolam entre 1494 e 1559¹³. No entanto, o que ressalta de todo este longo processo é a evidente prioridade da procura do equilíbrio de poder entre potentados – em particular as monarquias nacionais, à época em franca ascensão e afirmação. Esta será a pedra-de-toque no futuro político da Europa, um continente sempre em transformação e recomposição, e que terá profundas consequências ao nível da atividade diplomática. Será o caminho a seguir, ao invés da unidade europeia tão almejada pelo sacro imperador, num impulso ideológico ainda, em parte, medievalizante¹⁴.

1. Roma é *Caput Mundi*

Quando, “a xxbj. dias andados dagoosto da sobredita era de 1510”¹⁵, o Fidalgo de Chaves entra em Roma de imediato se apercebe que está perante uma cidade única, quer em termos políticos, quer a nível espiritual¹⁶. Uma cidade tão complexa, populosa, diversificada, internacional e cosmopolita, que nenhuma outra capital se lhe podia comparar, nem Lisboa ou Sevilha, à época verdadeiros centros urbanos de carácter internacional devido ao trato que pelos seus portos passava¹⁷.

11 Rei de Espanha, como Carlos I, de 1516 a 1556, data em que abdica a favor do seu filho, Filipe II; Sacro Imperador Romano-Germânico, como Carlos V, entre 1519 e 1555, data em que abdica a favor do irmão mais novo, Fernando I. Acerca do saque de Roma de 1527 veja-se André Chastel – *The Sack of Rome: 1527*. Princeton: Princeton University Press, 1983.

12 Para aprofundar a problemática do império otomano, consulte-se Daniel Goffman – *The Ottoman Empire and Early Modern Europe*. New York: Cambridge University Press, 2002; Stephen Turnbull – *The Ottoman Empire 1326-1699*. New York, Routledge, 2003.

13 Cf. Ferdinand Gregorovius – *Storia di Roma nel medioevo*. Vol. VI: 1503-1534. Roma: Newton Compton Italiana, 1972.

14 Veja-se, para aprofundar este tópico fundamental, Alberto Tenenti – *La formación del mundo moderno, Siglos XIV-XVII*. Barcelona: Editorial Crítica, 1985; John Rigby Hale – *A Civilização Europeia no Renascimento*. Lisboa: Editorial Presença, 2000, p. 23-142.

15 *Memórias*, fl. 139v.

16 Das festas à política e à arquitetura, passando pela nuclear faceta religiosa, a bibliografia sobre Roma na aurora do século XVI é vasta. No entanto, salientamos os seguintes textos: Jacques Heers – *La Roma dei papi ai tempi dei Borgia e dei Medici, 1420-1520*. Milano: Biblioteca Universale Rizzoli, 2001; Jean Delumeau – *Rome au XVIe Siècle*. Paris: Hachete, 1975; Sergio Gensini – *Roma capitale (1447-1527)*. Roma: Pacini, 1994.

17 Cf. Francisco Núñez Roldán – *La vida cotidiana en la Sevilla del Siglo de Oro*. Sevilla: Silex Ediciones, 2004; Renata de Araújo – *Lisboa a Cidade e o Espectáculo na Época dos Descobrimentos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

Roma é, sem dúvida, o centro da atenção do viajante flaviense. O que o impressiona e é alvo do seu interesse é o que se passa na multifacetada capital da Cristandade.

Percebemos, pela descrição que efetua dos acontecimentos, que é na *Cidade Eterna* que se decidem as grandes disputas europeias, ainda que tenham lugar nos mais distantes pontos de Itália, em particular a nível bélico¹⁸. Seguindo a mundividência política e geoestratégica do autor, o destino da Europa passa necessariamente por Roma. É isso que transmite de forma clara a D. Jaime de Bragança.

1.1. Sede espiritual do mundo cristão

É por via do religioso e da espiritualidade que o simbolismo arquétipo da *mirabili urbe* marca mais profundamente o autor: no seu solo sagrado assentam as maiores igrejas do mundo e no ponto onde morreu o fundador da Igreja faz o papa Júlio II (1443-1513, pontífice desde 1503)¹⁹ erguer “a Igreja de sam Pero, que acabandosse seraa a moor edefição de JgreJa do mundo”²⁰.

Daí que, ao chegar à capital da Cristandade, declare pleno de fervor religioso que a sua primeira ação é dirigir-se a “nossa senhora do populo a que me tinha prometido. E feita oração me fui apousentar A çidade”²¹.

Com esta referência explícita à componente religiosa no preciso momento em que entra na *Cidade Eterna*, o autor torna de imediato intrínseco à descrição da mesma a sua condição de liderança espiritual e de topónimo central no imaginário coletivo da comunidade dos fiéis. Mais do que Jerusalém ou até mesmo Constantinopla, que caíra havia pouco mais de meio século na mão do Turco tornando-se simbolicamente a sua capital. Roma era tangível, palpável, ao passo que aquelas inscreviam-se no universo do apenas imaginado.

No plano simbólico, na medida em que é edificada sobre o alicerce da crença, ela é uma *bona opera*²². Por isso constitui um modelo para os *peregrini* na terra e a glorificação última da Igreja e por extensão de todo o crente.

Os monumentos cristãos da *mirabili urbe* deixam no autor uma impressão marcante, como comprova a descrição que faz da Igreja de S. Pedro e do processo que envolve a construção do novo templo em detrimento do antigo²³ – o que *per se*

18 Vejam-se, a título de exemplo, os fólhos relativos às batalhas de Ravena (*Memórias*, fl. 154v a fl. 158r) e do Marignan (*Memórias*, fl. 209r a fl. 211r).

19 Nascido *Giuliano della Rovere*, Júlio II ficou conhecido como “o Papa guerreiro” ou “o Papa terrível”.

20 *Memórias*, fl. 169r.

21 *Memórias*, fl. 139v.

22 Sobressai aqui o peso de toda uma herança medieval do imaginário cristão.

23 Veja-se a extensa passagem relativa a este templo no quadro da descrição das estações quaresmais de Roma (*Memórias*, fl. 189v a fl. 193r).

constitui um precioso testemunho direto da própria dinâmica arquitetónica e artística da Roma de Quinhentos²⁴.

1.2. Uma cidade cosmopolita, ícone cultural do Renascimento

A visão da Roma profana emociona igualmente o autor. Os costumes romanos surpreendem-no e, num segundo momento, fascinam-no. De tal forma que não hesita em afirmar que “por Jsso hee Roma cabeça das cidades do mundo, que o que em outras partes seria grandemente estranhado E avido por desonesto, se tem ali por gentileza louvor E honrra E nobreza da corte.”²⁵

O Fidalgo não esconde, pois, a forma como se rende à energia e ao movimento da *Cidade Eterna*: “estas Ruas sam Repartidas antre os cardeas // pera as mandarem apartamentar de suas tapeçarias. E hee cousa fermosa de ver tanta avondança de Ricos E diuersas estorias de panos.”²⁶

Para ele, Roma remete sempre para o conceito totalizador e totalizante de *Caput Mundi*, pois nela tudo é universal, grande e grandioso: “sam João de latrão que hee cabeça de todalas JgreJas do mundo”²⁷; “Rua de bancos que hee a mais Rica Rua que pode aver no mundo”²⁸.

Ao retratarem como a Roma da Idade Média se transforma aos poucos na Roma renascentista, ou seja, uma monumental cidade que apesar de continuar a ser a cabeça do mundo religioso cristão assume já, em simultâneo, uma outra faceta mais temporal e profana, intimamente ligada à ascensão da arte, da cultura, das festividades de carácter popular e também das conspirações políticas que minavam as grandes capitais e cortes europeias, as *Memórias* são bem o espelho de uma época.

Por outro lado, ao narrar diversas embaixadas que chegam a Roma, o Fidalgo estende também a sua visão da cidade à dimensão civilizacional e cultural, projetando a urbe em dois sentidos de carácter antropológico: por um lado, enquanto elemento de unidade e diálogo entre as culturas europeias de base religiosa cristã²⁹; e, noutra vertente, enquanto local onde é possível contactar com o *Outro* essencialmente diferente, porque longínquo e exótico – o *Outro* nunca visto³⁰. Ambos os sentidos transformam Roma num diferencial horizonte de cultura.

24 Cf. Sylvie Deswarte-Rosa – Uno sguardo venuto da lontano: tra Roma Antica e Roma Cristiana. In *Roma e l'Antico nell'arte e nella cultura del Cinquecento*. Dir. Marcello Fagiolo. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 1985, p. 489-508.

25 *Memórias*, fl. 183v.

26 *Memórias*, fl. 204v e fl. 205r

27 *Memórias*, fl. 159v.

28 *Memórias*, fl. 179r.

29 E não só, como é o caso dos maronitas: *Memórias*, fl. 181r e fl. 181v.

30 A bibliografia dedicada à problemática da alteridade é vasta. No entanto, para um aprofundamento desta questão fundamental, veja-se: António Luís Ferronha (coord.), Luís de Albuquerque, José da Silva Horta, Rui Loureiro – *O Confronto do Olhar, O Encontro dos Povos na Época das Navegações Portuguesas*. Lisboa: Editorial Caminho, 1991; Miguel León-Portilla – *Visión de los vencidos*.

Se o Atlântico é a grande via para o encontro com povos dos espaços ignotos recém-descobertos, a capital da Cristandade – na qualidade de ordenadora do continente que encabeça enquanto sua grande sede religiosa – é a via que possibilita o contacto com outros povos, europeus e não europeus. No seu seio, a Europa pode instruir-se sobre si própria.

Neste sentido, o Fidalgo veicula uma imagem de Roma como espaço por excelência para a viagem de conhecimento – como, aliás, a própria Itália a nível artístico e cultural –, ou seja, a “viagem iniciática” cuja concretização desvenda os enigmas do mundo³¹. Nesta medida, ir a Roma significa muito mais do que a mera deslocação objetiva a um espaço diferente. Na essência, trata-se de uma peregrinação a um lugar civilizacional nuclear, pois é o contacto que ele permite com o diferente – do mesmo continente ou de outro – que consolida a definição da própria identidade enquanto cristão³². Fenómeno reforçado pelo facto de, no início do século XVI, o mecenato dos papas ter feito de Roma o principal núcleo da arte renascentista.

Fundamenta-se, pois, nesta tríplice *peregrinação* (cultural, civilizacional e espiritual) grande parte do cosmopolitismo do autor e da sua própria identidade cristã e humanista. Um genuíno processo de *ascese* pessoal, donde ressalta não a mera sociabilidade superficial, mas ao invés a comunhão espiritual e temporal, sacra e profana, que desde o momento da sua chegada estabelece com a sociedade heterogénea que contacta.

Em Itália e especificamente em Roma ele vive, experimenta e aprende. É fecunda neste espaço europeu a sua aprendizagem das coisas da vida, da política à cultura, passando pelos costumes e pela religião. E neste sentido torna-se inequívoca a feição pedagógica da sua viagem à sede do mundo cristão.

Se a cobiça dos homens o inquieta e alarma, a celebração da vida que experienciava em Roma encoraja-lhe a alma e estimula-o à busca do conhecimento empírico das coisas e dos homens. Tudo isto tendo sempre por base uma atitude de sincera afirmação cristã.

Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2008; Tzvetan Todorov – *A conquista da América: a questão do outro*. Lisboa: Litoral Edições, 1990.

31 Acerca da questão da viagem iniciática, veja-se Aires A. Nascimento – *Viator e peregrinus: correlação e complementaridade*. In *Ler Contra o Tempo. Condições dos textos na cultura portuguesa (recolha de estudos em Hora de Vésperas)*. Vol. II. Lisboa: CEC / FLUL, 2012, p. 1017-1048; Jean Richard – *Les récits de voyages et de pèlerinages*. Turnhout: Brepols, 1981; José Ángel García de Cortázar – El hombre medieval como ‘Homo Viator’: peregrinos y viajeros. In *Actas de la IV Semana de Estudios Medievales, Nájera, de 2 a 6 de agosto de 1993*. Logroño: IER, 1994, p. 11-30; Mohammad Ali Amir-Moezzi (ed.) – *Le Voyage initiatique en terre d’Islam*. Louvain: Peeters, 1996.

32 Cf. Luís Filipe Barreto – Introdução à Chorografia de Gaspar Barreiros. *Clío*. Lisboa. 5 (1986) 55-67.

1.3. Grande centro de poder político

A Roma que o Fidalgo descreve não é apenas a sede espiritual da Cristandade. É também um espaço urbano que se quer assumir como o grande eixo político da Europa, pelo menos no sentido em que todas as nações cristãs de alguma forma têm de por lá passar – e mostrar – para fazer valer as suas pretensões internacionais. Será esse, porventura, o sentido inscrito nas palavras do embaixador do imperador ao evocar “todo o pouo vniversal de Roma”³³.

A embaixada portuguesa de 1514 é o melhor exemplo deste estado de coisas: ao mesmo tempo que revela a capacidade de representação da casa reinante lusa, anuncia a capitalidade diplomática romana.

Apesar de terem falhado os projetos medievais de domínio universal por parte do papa e do imperador, a verdade é que o primeiro ainda tem um peso importante, sobretudo em termos de reconhecimento internacional e de resolução de conflitos e disputas entre nações (veja-se Portugal e Espanha em relação, por exemplo, à questão das ilhas de Maluco).

Por isso, embora seja inquestionável o enfraquecimento da chama da *Christianitas*, continua a vingar alto o referencial romano para o universo político internacional europeu: as casas reinantes da Europa cristã vão mostrar-se e procurar confirmação para o seu poder em Roma³⁴. Têm de o fazer, pois é neste palco fundador, perante o herdeiro da cátedra de S. Pedro, que encontram a legitimação última (a de carácter internacional) do seu governo e autoridade: “tendo tristão da cunha os negoçios acabados como compria a seruiço del Rei partiosse de Roma na fim de maio. E atee embarcar suas cousas foram prosperas.”³⁵

A par da imagem de capital da Cristandade, eis, pois, que as *Memórias* veiculam igualmente a visão da cidade dos Césares como um poderoso centro de poder que chega ao mundo renascentista a conceber-se e anunciar-se com uma dimensão de dominância, sendo, portanto, também por essa via que desempenha no Ocidente coevo um papel preponderante no imaginário coletivo.

Depois, é preciso não esquecer que Roma é, desde logo, a capital dos Estados Pontifícios, assumindo-se nessa medida como representação do poder temporal – é a cidade como centro nevrálgico de uma politização (e logo de uma burocratização) do espaço, um elemento fundamental da política secular³⁶.

33 *Memórias*, fl. 180r.

34 É aí também que vão *observar* os concorrentes, adversários e potenciais aliados.

35 *Memórias*, fl. 200v.

36 *Memórias*, fl. 169r.

2. Roma e o nascimento da moderna diplomacia

Enquanto relato de viagens, o texto do Fidalgo constitui um importante testemunho de como o início do século XVI assiste ao nascimento da moderna diplomacia e à sua estreita vinculação ao desenvolvimento de uma política de poder por parte das monarquias nacionais em ascensão (apesar de constituírem casos divergentes, incluímos aqui, pelo protagonismo que assumem neste processo, os cinco principais Estados italianos³⁷, muito em especial os da Igreja).

Mas de que forma se desenvolve este “testemunho”? Que expressões assume? Em primeiro lugar, a alusão à constante feitura de ligas, tratados, alianças e contra-alianças, cujo pano de fundo é a Península Itálica coeva e que, regra geral, resultam em conflitos armados – aqui são de realçar as referências ao processo que conduz ao concílio cismático de Pisa-Milão (1511-1512)³⁸ e, consequentemente, ao Concílio de Latrão V (1512-1517)³⁹. Depois, a evocação e descrição de embaixadas de obediência e outras delegações ao papa. Finalmente, diversas menções à figura do embaixador e, ainda que indiretamente, ao desempenho de agentes paralelos em missão, não oficiais portanto (como é, julgamos, provavelmente o caso do autor das *Memórias*).

2.1. O estabelecimento de ligas e as guerras consequentes

Pela voz do viajante flaviense apreendemos a frágil estruturação do diálogo internacional que marcava a política no *Velho Continente*⁴⁰, materializada no consecutivo estabelecimento de coligações entre os vários protagonistas envolvidos no jogo de poder que tinha sede em Itália.

Um processo tão volúvel quanto permeável, que fazia com que a prática diplomática mudasse de direção consoante a prioridade dos interesses estratégicos das partes envolvidas e, ao mesmo tempo, ganhasse uma importância política sem precedentes⁴¹.

37 O ducado de Milão, as Repúblicas de Florença e de Veneza, os Estados da Igreja e o reino de Nápoles.

38 *Memórias*, fl. 146r a fl. 149r; fl. 156r; fl. 160r e fl. 160v; fl. 165v e fl. 166r; fl. 173r e fl. 173v.

39 *Memórias*, fl. 159v a fl. 160v. Trata-se, pois, de referências que se inscrevem no quadro da problemática da Reforma da Igreja nas décadas que antecedem o movimento protestante simbolicamente iniciado por Martinho Lutero, em 1517 (consulte-se a nota 231).

40 Já Philippe de Commines (1447-c.1511), um homem profundamente conhecedor da política e da diplomacia da viragem do século XV para o século XVI, em torno de 1500, precisamente na qualidade de diplomata e conselheiro de Carlos VIII de França para os assuntos externos, profetizara que a Europa haveria de espalhar-se em hostilidades mútuas. Cf. John Rigby Hale – *A Civilização Europeia no Renascimento...*, p. 101.

41 Cf. Garrett Mattingly – *La diplomacia del Renacimiento*. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1970; *Les relations diplomatiques au Moyen Âge. Formes et enjeux*. Société des Historiens Médiévistes de l'Enseignement Supérieur Public (SHMESp). Paris: Publications de la Sorbonne, 2010; Michael Mallett – *Diplomacy and war in later fifteenth-century Italy*. London: British Academy,

2.1.1. Júlio II vs o ducado de Ferrara (a batalha de Ravena, 1512)

Exemplo maior é a descrição que o autor opera do leque de conflitos protagonizado pelo papa Júlio II⁴². Desde logo a disputa com o ducado de Ferrara, que envolvia a França e diversas cidades italianas como Bolonha e Perosa.

Afonso I d'Este (1476-1534), duque de Ferrara, Módena e Reggio, participou, em 1508, ao lado do papa Júlio II e seus aliados na Liga de Cambrai⁴³ contra Veneza, que terminou com a derrota desta última na batalha de Agnadello, em 14 de maio do ano seguinte, frente aos franceses:

“tanto que o papa foi em Roma começou de trauar ligua contra os venezeanos E conçertousse com el Rei dom Fernando de castella E com o emperador maximiniano E com el Rei luis de frança E com o duque hercule de ferrara. por que assi ao papa como a todos estes tinham os venezeanos tomadas e occupadas muitas çidades E terras.”⁴⁴

Contudo, já não acompanhou o papado nos conflitos seguintes. Ao invés, colocou-se ao lado da França contra o pontífice, pelo que foi excomungado. Com efeito, os recentes sucessos militares da França e a consequente consolidação da sua presença em Itália preocuparam o *papa guerreiro*, que, na sequência, decide em 1510 estabelecer a paz com a república de Veneza e aliar-se a esta contra a França, numa inversão política, que culmina com a formação da Liga Santa⁴⁵, em 1511: “foi [o papa] dizer missa a nossa senhora do populo onde se publicou ligua, scilicet, sua santidade com el Rei de castela, venezeanos, E seneses.”⁴⁶

A conduta estadista deste pontífice relativamente ao ducado de Ferrara apresenta-se, afinal, como um fiel retrato da forma de fazer política na Itália da aurora de Quinhentos, e que engloba diversas nações e potentados, quer italianos quer europeus transalpinos. É isso mesmo que podemos observar na transcrição efetuada pelo Fidalgo do breve que Júlio II enviou a Fernando II de Aragão (1452-1516), então

1983; Stefano Andretta (dir.) – *Paroles de négociateurs: l'entretien dans la pratique diplomatique de la fin du Moyen âge à la fin du XIXe siècle*. Rome: École française de Rome, 2010.

42 Cf. Christine Shaw – *Julius II: The Warrior Pope*. Oxford: Blackwell Publishers, 1996; Ivan Cloulas – *Giulio II*. Roma: Salerno Editrice, 1990.

43 A Liga de Cambrai surge na sequência do *Tratado de Cambrai* (1508) e consistiu numa poderosa coligação militar entre Luís XII de França, o sacro imperador Maximiliano I, Fernando II de Aragão, os Estados Pontifícios pela mão de Júlio II e ainda a Inglaterra, a Hungria, Saboia, Ferrara, Mântua e Florença.

44 *Memórias*, fl. 141r.

45 Uma aliança político-militar (1511-1512) estabelecida entre o papa Júlio II, Fernando II de Aragão, o sacro imperador, a República de Veneza e o rei Henrique VIII de Inglaterra contra Luís XII de França, que terá do seu lado Afonso I d'Este, duque de Ferrara. Criada por iniciativa do papado, esta liga visava o reforço político e territorial dos Estados Pontifícios e afastar a presença francesa de Itália. Eficaz no início, pois sai vitoriosa do primeiro ciclo de conflitos com os franceses, a liga acaba por se desmoronar, resultando em conflitos armados entre os seus membros. Assim, em 1512, a república de Veneza passa para o partido francês, culminando os eventos três anos mais tarde na batalha do Marignano (1515), que ditam o fim da liga e o reconhecimento (ainda que temporário) da supremacia de Luís XII de França na Itália setentrional.

46 *Memórias*, fl. 146v e fl. 147r.

regente da coroa castelhana⁴⁷, queixando-se das traições do duque de Ferrara, dos cardeais cismáticos⁴⁸ e de Luís XII de França (1462-1515, rei desde 1498), que surge inequivocamente como o grande conspirador, e propondo, enfim, o estabelecimento de uma liga contra este último⁴⁹.

Da descrição relativa à atuação política de Júlio II sobressai o quão pouco vinculativos eram os tratados coevos e o quão instável era o terreno onde se desenvolvia a prática política internacional na viragem do século XV para o século XVI, o que alinha com a premissa defendida por Maquiavel – que tinha por modelos o seu tempo e o espaço itálico – de que a *praxis* política tem como condições incontornáveis a realidade e a razão que lhe subjaz, ficando de fora do processo de governo (leia-se do processo político em si) o recurso à metafísica, à moral e à ética⁵⁰.

Garrett Mattingly mostra como nas décadas de viragem dos séculos XV e XVI a diplomacia sofre, de facto, uma alteração de princípio orientador, rumando em direção à supremacia da “verdade efetiva das coisas” nas opções de governo, ou seja, acompanhando a transmutação que a política externa estava ela própria a sofrer⁵¹.

2.1.2. A batalha do Marignan (1515)

Também no quadro do pontificado de Leão X (1475-1521, pontífice desde 1513)⁵², o papa humanista, notável mecenas da Roma renascentista⁵³, o Fidalgo evoca por diversas vezes a importância da diplomacia no desenvolvimento das negociações políticas externas das nações cristãs⁵⁴.

Desde logo, quando após a morte de Luís XII, a 1 de janeiro de 1515, o jovem e ambicioso Francisco I (1494-1547, rei desde 1515) ascende ao trono francês e decide retomar os projetos falhados pelos seus dois antecessores em relação à presença francesa em Itália, novamente apoiado no pressuposto direito de herança sobre o ducado de Milão⁵⁵.

47 Dada a incapacidade da filha, Joana I de Castela, *a Louca* (1479-1555), mãe do futuro imperador Carlos V, após a morte do marido, Filipe I, *o Belo* (1478-1506, rei consorte de Castela e Leão desde 1504).

48 Bernardino López de Carvajal (1456-1523, cardeal desde 1493), Federico Sanseverino (c.1475-1516, cardeal desde 1489), Guillaume Briçonnet (1445-1514, cardeal desde 1495) e René de Prie (1451-1519, cardeal desde 1506).

49 *Memórias*, fl. 146v a fl. 148r.

50 Cf. Nicolau Maquiavel – *O Príncipe*. Lisboa: Círculo de Leitores; Temas e Debates, 2008, capítulo XXV, p. 232-233. Os acontecimentos narrados nas *Memórias* ocorrem precisamente nos anos da escrita d’*O Príncipe*, ou seja, integram a matéria que serve de base a Maquiavel para escrever o texto.

51 Garrett Mattingly – *La diplomacia del Renacimiento...*, p. 101-141.

52 Giovanni di Lorenzo de Médici era o segundo filho de Lourenço, o *Magnífico* (1449-1492). Foi nomeado cardeal com apenas 16 anos.

53 Cf. Paul Strathern – *The Medici: Godfathers of the Renaissance*. [S. l.]: Jonathan Cape, 2003; Pierre Rodocanachi – *Histoire de Rome: une cour princière au Vatican pendant la renaissance*. Paris: Hachette, 1925.

54 Para aprofundar esta temática, veja-se Maurizio Gattoni – *Leone X e la geo-política dello stato pontificio (1513-1521)*. Città del Vaticano: Archivio Segreto Vaticano, 2000.

55 *Memórias*, fl. 202r.

Francisco I avança determinado, mas não o faz sozinho. Antes como parte integrante de uma coligação – composta também por Veneza e Ferrara – herdeira das cinzas da *Liga Santa* promovida pelo anterior papa, Júlio II⁵⁶. Os acontecimentos culminam na batalha do Marignano, a 13 e 14 de setembro de 1515, o segundo grande confronto bélico narrado nas *Memórias*:

“Naquelle tempo tinham feita ligua, scilicet, de huma parte o papa E el Rei de castela E o de Jnglaterra, o duque de milão E a senhoria de sena. E da outra parte era el Rei de frança, venezeanos, E o duque de ferrara (...) E desta maneira estauão postos em armas huns contra os outros. E todo o feito era sobre o ducado de milão que el Rei de frança queria pera si. E el Rei de castela ho contradizia ajudando ao duque. E estando assi todos suspensos veo noua a Roma que el Rei françisco nouo Rei de frança vinha sobre milão com mui grande poder.”⁵⁷

A vitória permitiu aos franceses a anexação do milanês e levou Leão X a assinar a célebre *Concordata de Bolonha*, no ano seguinte⁵⁸. Com tal sucesso, Francisco I obteve algo que os seus antecessores Carlos VIII e Luís XI sempre falharam em alcançar: impor ao papa, por concordata, a organização da Igreja francesa.

Este aumento do poder da coroa sobre a Igreja de França consistia, na essência, no direito do rei nomear os novos elementos⁵⁹ quando vagassem as sés e abadias francesas; em troca, o papa obtinha o direito de receber anatas dos prelados nomeados⁶⁰.

A vitória de Francisco I pelas armas fez também com que os suíços perdessem a sua reputação de invencibilidade e, ainda em 1516, em Friburgo, concluíssem uma “paz perpétua” com a França. O jovem monarca reforçava assim a sua imagem europeia de prestígio, algo que dada a sua juventude e recente ascensão ao trono ainda não tinha conseguido.

De salientar, no entanto, que para levar a cabo tal façanha militar, Francisco I para além de estabelecer uma aliança com Veneza e Ferrara assegurou – leia-se, “comprou” – a neutralidade de Henrique VIII de Inglaterra (1491-1547, rei desde 1509) e, ao mesmo tempo, contratou os serviços de cerca de 20.000 mercenários

56 Para aprofundar esta problemática do regresso francês a Itália, veja-se R. J. Knecht – *Francis I*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p. 33- 51.

57 *Memórias*, fl. 209r.

58 Ainda na sequência da batalha, o pontífice cedeu à França as povoações de Viterbo, Parma e Placência. Para aprofundar esta problemática, veja-se Carlo Falconi – *Leone X. Giovanni de’ Medici*. Milano: Rusconi, 1987; F. Nitti – *Leone X e la sua política*. Florence: [s. n.], 1892.

59 Bispos e outras autoridades eclesásticas.

60 Desta forma, a Concordata confirma a tendência separatista da igreja católica de França em relação a Roma e ao papa, ao mesmo tempo que reforça a ideia de que a Igreja francesa tinha, de alguma forma, uma posição privilegiada em relação à cúria romana. Pode dizer-se que residem aqui as origens mais antigas do galicanismo, ou seja, da subordinação da Igreja de França ao rei.

alemães. O rei francês tentou também garantir a neutralidade de Maximiliano I de Habsburgo (1459-1519, sacro-imperador desde 1508) e de Fernando II de Aragão, mas falhou neste intento.

Como se pode verificar, no explosivo despertar de Quinhentos, a negociação diplomática tornava-se um dispositivo indispensável para a prossecução das ambições internacionais das Casas reinantes da Europa ocidental.

2.1.3. Entrada em Itália do imperador Maximiliano (1516)

A entrada do imperador Maximiliano em Itália, em 1516, à frente de um poderoso exército com o objetivo de recuperar Milão após a batalha do Marignano, é outro cenário descrito nas *Memórias* onde é possível identificar a importância do contacto diplomático.

À época, os opositores dos interesses do Império em solo itálico são os franceses em aliança com os venezianos. No entanto, ainda antes de terminar o ano de 1516, o imperador entra em negociações com Francisco I, as quais culminam com a assinatura do *Tratado de Bruxelas* (1516), que faz recuar o mapa da Itália setentrional a 1508, ano do início da *Liga de Cambrai*. Tal cenário materializa-se quer na aceitação pelo império da ocupação francesa de Milão (1515), quer na confirmação das reivindicações venezianas relativamente às restantes possessões imperiais na Lombardia (com exceção de Cremona).

Esta paz revelar-se-á, no entanto, tão breve quanto efémera, pois com a eleição de Carlos V, em 1519, como imperador do Sacro Império Romano-Germânico, título que Francisco I desejava para si e pelo qual lutou, regressam as *Guerras de Itália*.

2.1.4. A guerra justa e a Cruzada como impulsionadores da prática diplomática

As *Memórias* evocam por diversas vezes o conceito de *guerra justa*, que surge sobretudo relacionado com a figura das guerras de Cruzada, uma das sobreviventes utopias medievais que se revestiu de maior longevidade⁶¹.

Expressão de uma mentalidade coeva, nomeadamente portuguesa, o autor assume de forma inequívoca a posição de que a guerra entre povos cristãos não tem legitimidade temporal ou espiritual⁶². Os únicos conflitos armados válidos para

61 Cf. Luís Filipe Thomaz – Cruzada. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. C-I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 31-38; Luís Filipe Thomaz – L’Idée Impériale Manuéline. In *La Découverte, le Portugal et L’Europe. Actes du Colloque*. Ed. Jean Aubin. Paris: Centre Culturel Portugais, 1990, p. 35-103.

62 Cf. *Memórias*, fl. 217r (no quadro da *Guerra de Urbino*); *Memórias*, fl. 146v a fl. 148r (no quadro da edificação da *Liga Santa* contra a França; transcrição do breve enviada pelo papa Júlio II a Fernando II de Aragão, então regente da coroa castelhana); *Memórias*, fl. 173v a fl. 176r (no quadro das celebrações em Roma por ocasião da conquista de Azamor, em 1513, por D. Jaime, 4º duque de Bragança).

as nações da Europa ocidental devem ser, pois, os que se desenvolvem por via do ideal cristão da *Guerra Santa* contra os inimigos da Igreja católica, a saber, o Turco no duplo palco europeu e oriental, e o muçulmano norte-africano.

Mas a constituição de uma tal frente armada, composta por forças provenientes das diversas nações cristãs do ocidente europeu, envolve importantes contactos diplomáticos e, conseqüentemente, uma ação enérgica por parte dos embaixadores das partes envolvidas.

É o que podemos depreender da emotiva pregação efetuada por “hum coneguo de são pero”⁶³ durante a missa solene proferida pelo próprio papa no “moestreiro de sancto agustinho”⁶⁴, no âmbito das festas e rituais religiosos celebrados em Roma pela tomada de Azamor, sob o comando de D. Jaime, em 1513. Com efeito, o autor tem o cuidado de referir que, a dado momento do seu exaltado discurso, o cónego dirige-se especificamente aos embaixadores dos príncipes cristãos presentes na dita missa papal, evocando os feitos de D. Jaime e D. Manuel que se apresentam, desta forma, como os dignos herdeiros dos feitos da primeira Cruzada, uma época apresentada como de ouro na medida em que “os christãos guanharam aos Infiees sendo vnidos E Juntos em hum acordo E vontade, sahindo de suas terras com braço armado E fee grande.”⁶⁵

A carta enviada por Leão X a D. Manuel – que o Fidalgo transcreve no seu texto⁶⁶ – na sequência da tomada de Azamor, reflete bem a firmeza do apoio concedido pelo pontífice ao rei português no seu empreendimento além-mar. Um apoio maximizado pelo facto de a gesta portuguesa servir de exemplo aos restantes reis cristãos acerca do caminho a seguir e dos erros a evitar.

Ambos os papas evocados nas *Memórias* intentam, pois, na constituição de uma força de Cruzada para refrear o avanço Turco⁶⁷, ainda que na prática nunca a consigam materializar.

D. Manuel pretendeu encabeçar esta grande expedição da Cristandade, embora não tenha vivido o suficiente para tal. Será necessário esperar pelo determinado Carlos V para se constituir uma frente de ataque capaz de se opor à ameaça

63 *Memórias*, fl. 173v.

64 *Ibidem*.

65 *Memórias*, fl. 174r.

66 O Fidalgo transcreve a versão portuguesa do breve *Saepe egimus*, de 18 de janeiro de 1514, no qual Leão X felicita D. Manuel pela tomada de Azamor; in *Memórias*, fl. 174v a fl. 176r. Cf. “Breve do Papa Leão X dirigido a el-Rei. 1514 – Janeiro 18.” In *Corpo Diplomatico Portuguez: Contendo os Actos e Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potencias do Mundo Desde o Século XVI Até os Nossos Dias*. Vol. I. Ed. Luís Augusto Rebelo da Silva. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1983, p. 214-216. Esta missiva papal surge como resposta à carta enviada por D. Manuel ao pontífice romano no final do mês de setembro de 1513. Cf. “Carta de el-Rei ao Papa Leão X. 1513 – Setembro 30.”, In *Corpo Diplomatico Portuguez...*, vol. I, p. 207-209.

67 Cf. Kenneth Meyer Setton – *The Papacy and the Levant, 1204-1571*. Vol. III: *The Sixteenth Century to the Reign of Julius III*. Philadelphia: American Philosophical Society, 1984.

turca, que cada vez mais coloca em risco a própria integridade territorial da Cristandade ocidental.

De reter que ao longo de todo este convulso período, Portugal mantém uma cautelosa política de neutralidade em relação aos assuntos bélicos intra-europeus, em particular no que respeita às *Guerras de Itália*, um verdadeiro sorvedouro de homens e recursos que não permite às nações envolvidas virarem a sua atenção para o perigo Turco. Damião de Góis (1502-1574) é perentório:

“el Rei dom Fernando (...) escreveo a el Rei dom Emanuel huma carta feita em Sevilha, per Almaçam seu secretario, aos xxj dias de maio, de M. D. xi. muito desgostoso, e pesaroso das diferenças que avia entre o Papa, e el Rei de França, e guerras que se de taes desconcertos speravam entre Christãos. Pelo qual respeito, e por sanear as cousas do regno de Napoles, que ainda não tinha bem seguro se meteo na liga do Papa, Emperador, e Soiços, desejando muito de meter el Rei dom Emanuel nella, o que elle nunca quis fazer do que foi mui anojado.”⁶⁸

No entanto, no que se refere ao combate à ameaça turca a Oriente e ao muçulmano no Norte de África, Portugal assume uma posição de vanguarda. O papado reconhece e celebra a política externa lusa⁶⁹.

2.1.5. A arbitragem de conflitos internos no espaço da Cristandade pelo papado

Outro cenário através do qual o autor faz emergir o importante papel da diplomacia no início do século XVI – em íntima ligação com a centralidade romana – relaciona-se com a arbitragem de conflitos internos às próprias nações cristãs pelo poder papal. Com efeito, é a intervenção internacional de Leão X que põe cobro à *Jacquerie* que então devasta o reino da Hungria⁷⁰:

“O cardeal destriguonia se partio neste tempo pera vngria com poderes de leguado alatere, E bula de cruzada contra turcos, a qual se preeguou. E el Rei despois de ter o dinheiro que se della ouve em sua mão, fez paz com os turcos por çertos anos. E escandalizado o pouo de çessar a guerra contra os Jnfiees, E Reter el Rei o dinheiro da cruzada, se aleuantaram contra elle, dizendo que fizesse loguo a guerra, ou posesse ho dinheiro em mãos de quem elles ordenassem. foi esta contenda tanto avante que a guerra se começou antre elles tam braua que o pouo ençaRou el Rei em huma çidade. (...) E estando assi el Rei em tam extrema neçessidade escreueo ao papa dandolhe conta de sua fortuna

68 Cf. Damião de Góis – *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel*. Ed. Joaquim de Carvalho e David Lopes. Vol. III. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926, Capítulo XXIII, p. 100.

69 *Memórias*, fl. 173v a fl. 176r.

70 À época o rei da Hungria era Vladislau II (1456-1516, rei da Boémia desde 1471 e da Hungria desde 1490).

pedindolhe que mandasse por Remedio nisto E sua santidade mandou nunçios que os poseram em paz.”⁷¹

Mais uma vez, o processo diplomático desenvolve-se tendo como condição *a priori* e *a posteriori* o poder enquanto estratégia, conflito e instrumentalização das instituições, ou seja, integrado no quadro da definição avançada por Bertrand Russell (1872-1970)⁷², que destaca o poder como produção de efeitos desejados.

2.2. As embaixadas de obediência e outras delegações ao papa

A descrição de delegações à cúria pontifícia, em particular as embaixadas de obediência ao papa⁷³, constitui um exemplo maior nas *Memórias* da importância das negociações diplomáticas no desenvolvimento político da Europa da Primavera de Quinhentos. Trata-se, na essência, de representações de uma prática diplomática nascente e cada vez mais afirmativa.

Como é de prever, o autor dá especial atenção à missão de Portugal, chegando mesmo a incluir a carta que Alberto de Carpi (1475-1531)⁷⁴, embaixador em Roma do Sacro Imperador Romano-Germânico Maximiliano I de Habsburgo, escreveu ao seu senhor, relatando em detalhe a embaixada de Tristão da Cunha (c. 1460-1540)⁷⁵.

Outras embaixadas de obediência ao papa merecedoras de um olhar atento por parte do autor foram a dos maronitas⁷⁶ e a do rei da Polónia Sigismundo I, *o Velho* (1467-1548, rei desde 1506). Evocou também, ainda que sem detalhe mas de forma preñhe de significado, a entrada do cardeal Gurgensis em Roma para dar obediência ao papa da parte do imperador Maximiliano I, bem como o encontro entre Francisco I de França e Leão X, no qual o primeiro deu obediência ao pontífice. Finalmente, para além destas, referiu – limitando-se à mera nomeação – as embaixadas de Florença, Sena e Saboia.

71 *Memórias*, fl. 203r.

72 Cf. Bertrand Russell – *O poder: uma nova análise social*. Lisboa: Fragmentos, 1993.

73 Onde a festa, a propaganda ideológica e a simbologia do poder são núcleos estruturantes.

74 Humanista e diplomata, Alberto Pio III de Carpi foi um príncipe italiano íntimo dos papas Médici e amigo de Pietro Bembo (1470-1547, cardeal desde 1538) e Ludovico Ariosto (1474-1533). Durante a quase totalidade da sua carreira, Alberto de Carpi serviu como diplomata. Em 1508, destacou-se como um dos negociadores da *Liga de Cambrai*, e, em 1510, tornou-se o embaixador do imperador Maximiliano I junto do papado.

75 Cavaleiro do conselho de D. Manuel I, explorador, comandante naval e embaixador. Cf. António Alberto Banha de Andrade – *História de um fidalgo quinhentista português, Tristão da Cunha*. Lisboa: Instituto de História Infante Dom Henrique, 1974.

76 A Igreja maronita é uma Igreja católica oriental *sui juris*, ou seja, uma Igreja em plena comunhão com a Sé Apostólica que reconhece a autoridade do Papa, o Sumo Pontífice da Igreja católica. Esta plena comunhão foi reafirmada em 1182. Detentora de ritual próprio (pertencente à tradição litúrgica de Antioquia, que prevê a celebração da missa em língua aramaica e em língua siríaca), a Igreja maronita foi fundada por São Maron, também conhecido como St. Maroun, um monge sírio-cristão do século V.

Porque inscrita no âmbito da comitiva diplomática (e do cerimonial da representação pública do poder), beneficia também de uma especial atenção a delegação do cardeal húngaro de Strigonia⁷⁷.

2.2.1. A embaixada de Portugal a Leão X

A descrição feita pelo Fidalgo da embaixada de obediência ao papa, enviada por D. Manuel em 1513 e que desfilou nas ruas de Roma no dia 12 de março do ano seguinte, vem complementar um diversificado *corpus* documental onde se destacam, por um lado, os registos epistolográficos coevos enviados de Roma por embaixadores e participantes na embaixada⁷⁸ (referimo-nos essencialmente à missiva do embaixador português João de Faria, enviada para o reino apenas 6 dias após o desfile da embaixada, e às correspondências de Nicolau de Faria, remetida no mesmo dia da do embaixador, e Tristão da Cunha, enviada para Lisboa, para o Secretário de Estado António Carneiro, um mês decorrido sobre o desfile)⁷⁹ e, por outro, os textos de Damião de Góis e D. Jerónimo Osório (1506-1580), sendo que o primeiro se baseia grandemente nas referidas missivas.

Ora, as ditas correspondências lusas, ainda que coevas, constituem na essência textos oficiais enviados por participantes na própria embaixada, pelo que, de alguma forma, a imagem nelas fornecida é sempre condicionada pela expectativa *a priori* da entidade oficial que as recebe e as lê, ou seja, na grande maioria dos casos o rei e os seus principais representantes administrativos, como é o caso do secretário de Estado⁸⁰.

Já o texto de Damião de Góis, que data de 1566, assim como a narrativa de D. Jerónimo Osório, datada de 1571⁸¹, ou até a do humanista e prelado italiano

77 Strigonia ou Esztergom é uma cidade húngara do condado de Komárom-Esztergom, situada a 50 km da capital Budapeste, que se destacou no combate aos turcos otomanos, em particular nos séculos XV-XVI.

78 Cf. “Carta do Doutor João de Faria a el-Rei, 1514 – Março 18”. In *Corpo Diplomatico Portuguez...*, p. 234-238; “Carta de Nicolau de Faria a el-Rei. 1514 – Março 18”. In *Corpo Diplomatico Portuguez...*, p. 238-242; “Carta de Tristão da Cunha ao secretario de estado. 1514 – Abril 11”. In *Corpo Diplomatico Portuguez...*, p. 242-243.

79 “O doutor João de Faria foi o primeiro embaixador português junto do Papado (23 Fev. 1512 a Nov. 1514). A sua carta dá conta ao Rei da organização do desfile e da afluência de gente para o observar. Por seu turno, Nicolau de Faria, estribeiro-pequeno do Rei, que teve por especial função acompanhar e zelar pelo elefante, dedica a maior parte do seu relato à dificuldade que foi conduzir o animal desde o desembarque até Roma, perante a multidão que afluía para o ver. A 11 de abril Tristão da Cunha faz um balanço da importância da embaixada e queixa-se das despesas que ela lhe vem custando, referência a que Garcia de Resende voltará a fazer menção numa das raras alusões à ida a Roma.” António Camões Gouveia – De Lisboa a Roma para mostrar a Índia. *Noesis*. Lisboa. 22 (1992), p. 24.

80 Cf. Hans Robert Jauss – *Toward an Aesthetic of Reception*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1985, p. 3-45. Segundo este autor, as perspetivas de receção de um texto determinam, num período cronológico onde se inclui o dealbar da modernidade, a produção do próprio texto.

81 Cf. D. Jerónimo Osório – *Da vida e feitos de El-Rei Dom Manuel [De rebvs Emmanvelis regis Lusitaniae invictissimi virtute et avspicio gestis libri dvodecim*, Lx., António Gonçalves, 1571]. Porto: Civilização, 1944, vol. II, Livro IX, p. 127-131.

Paolo Giovio⁸² (1483-1552), que escreveu igualmente sobre a embaixada, sendo o seu texto de 1551, são produções – ao contrário da do Fidalgo de Chaves – não coevas dos acontecimentos que relatam nem tão pouco fruto de um testemunho em primeira mão por parte dos autores.

O facto de o Fidalgo ter assistido ele próprio aos acontecimentos e redigir o seu texto em anos não muito distanciados dos eventos que narra, associado à constatação de não estar sujeito à pressão oficial de uma missiva de carácter régio (ainda que o seu texto se dirija especificamente ao 4º duque de Bragança, provavelmente por solicitação deste), constitui um poderoso argumento na determinação do elevado valor histórico-cultural das suas *Memórias*, sobretudo em relação aos relatos supramencionados.

Mesmo que redigidas alguns anos após os acontecimentos, não se trata de um hiato de décadas como acontece com os autores indicados.

Logo no início do capítulo, o autor refere que a nau utilizada por Tristão da Cunha para transportar a embaixada era aquela que o seu senhor, D. Jaime, utilizara para conquistar Azamor⁸³. Com efeito, através desta pequena introdução à larga descrição que se segue, o Fidalgo opera uma ligação fundamental que não surge nas restantes descrições, mais ou menos coevas, da mesma embaixada: a do seu senhor, o único destinatário do relato, a um dos momentos mais altos da representação do reino de Portugal na capital da Cristandade.

A nau assume aqui um singular protagonismo pelo seu carácter áugure da notoriedade militar e expansionista (em particular no que diz respeito à fé cristã) de Portugal, pois, foi através dela que os portugueses passaram a África à conquista de uma das principais praças do Islão marroquino.

Após uma breve referência à chegada da delegação a Itália e às condições em que a mesma ocorre⁸⁴, o autor destaca a enorme expectativa por parte dos senhores romanos: “as Jrmãs do papa E muitos grandes senhores e senhoras (...) foram ver o alifante que ficara fora da cidade, por ser cousa nam vista em Roma segundo se dizia do tempo de Jullio çesar, nem em toda Jtalia.”⁸⁵ De tal forma que a embaixada faz a sua entrada solene no primeiro domingo da Quaresma, época litúrgica muito especial no quadro das efemérides cristãs e, em particular, romanas⁸⁶.

Ainda antes de começar a descrição da comitiva realça a diversidade e o primor selectivo da assistência: “E por que vieram por mar entraram polla porta de sam

82 Cf. Paolo Giovio – *Elogios o vidas breves de los cavaleros* [*Elogia virorum bellica virtute illustrium veris imaginibus supposita, quae apud Musaeum spectantur*. Florence: Officina Laurentini Torrentini Ducalis Typographi, 1551, Trad. de Baeça]. Granada: Aleigo de Mena, 1568, p. 127.

83 *Memórias*, fl. 178r.

84 *Memórias*, fl. 178r.

85 *Memórias*, fl. 178r.

86 Cf. Damião de Góis – *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel...*, vol. III, Capítulo XXII, p. 185.

pancração que hee na via de çiuita velha. E Jaa todos los prelados E patriarchas, arçebispos E bispos, E os embaixadores do emperador E dos Reis E a família do papa E todas as dos cardeaes erão hidos ao Reçeber.”⁸⁷

Em seguida, com o tom de quem presenciou o acontecimento por si mesmo, o Fidalgo narra a entrada da embaixada. A ordem e a organização (atribuídas pelo mestre de cerimónias) constituem a pedra-de-toque do discurso⁸⁸. Com especial enfoque na estrutura social, que se reflete na ordem protocolar das precedências, descreve o esplendor e o colorido do cortejo que atravessa a urbe em direção ao castelo de Santo Ângelo, em cuja janela o papa assiste ao desfile⁸⁹.

Após referenciar o brilhantismo trazido pelos músicos⁹⁰, avança com a apresentação do índio e da onça, dois dos mais notáveis exemplos do exotismo da embaixada: “E o Jndio com a onça nas ancas do caualo vestido de seda.”⁹¹

Concentra-se depois nos fidalgos, que surgem ricamente trajados⁹². É o momento em que começa a individualizar numa clara tentativa de elevar a representatividade social e política dos embaixadores portugueses e, conseqüentemente, da embaixada no seu todo. Primeiro, a referência a Garcia de Resende (1470-1536), secretário da delegação⁹³.

Entretanto, como que num interlúdio da apresentação da classe nobre da embaixada, evoca o elefante Hanno – a principal fonte de exotismo do cortejo –, em cujo dorso num cofre de luxo e riqueza sem igual está contido o pontifical, a outra grande oferenda ao novo pontífice:

“vinha mais o alifante com albardilha de borcado sobre o qual hia hum cofre grande de çetim cremesim com lauores de crauação dourada no qual vinha metido o pontifical E ornamentos. (...) E o alifante trazia as armas del Rei Ricamente brosladas na testa. ao pescoço huma grande campainha de prata. E o Jndio que ho guovernaua vestido de seda com hum bastão na mão guarneçido de prata.”⁹⁴

Destaque especial também para o *mahout*⁹⁵ indiano, outro elemento exótico que reflete o poderio português além-mar. Afinal, é ele quem conduz o surpreendente animal, que a todos pasma de espanto.

87 *Memórias*, fl. 178r e fl. 178v.

88 *Memórias*, fl. 178v.

89 *Memórias*, fl. 178r e fl. 178v.

90 *Memórias*, fl. 178v.

91 *Memórias*, fl. 178v.

92 *Memórias*, fl. 178v.

93 *Memórias*, fl. 178v.

94 *Memórias*, fl. 178v e fl. 179r.

95 *Tratador*.

Junto do elefante vem Nicolau de Faria, guarda do mesmo; nivelado pela sua apresentação exímia aos demais fidalgos⁹⁶.

Retomando o elemento nobre da delegação, eis que surgem em grande esplendor os embaixadores, discriminados individualmente de acordo com o seu estatuto: Tristão da Cunha, embaixador da delegação, João de Faria, embaixador em Roma⁹⁷, e Diogo Pacheco, orador da embaixada e responsável pela comunicação oficial⁹⁸.

Em seguida, num modo de apresentação generalista e anónimo que garante, por isso, um maior destaque à componente lusa, surgem “os embaixadores do emperador E dos Reis E das senhorias que erão estantes em Roma, E grande multidão de prelados E dinidades E de outros senhores eclesiasticos E seglares que os sahiem a Reçeber, os seguiam em singular ordenança. parecia tam Rica E fermosa companhia ca toda Roma coRia a velos.”⁹⁹

Finalmente, a referência ao povo, base da pirâmide social, sempre enquanto espectador, mas cuja presença é indispensável para garantir o pleno sucesso da embaixada: “E era Jente sem conto, mudandosse de humas Ruas As outras per traueßas E luguares donde os milhor podiam ver atee chegar a suas pousadas.”¹⁰⁰

O cortejo da embaixada do rei de Portugal que desfilou por Roma, em 1514, teve eco pela Europa e, sobretudo, por toda a Itália. Seja na figura da correspondência de embaixadores¹⁰¹, seja através das produções culturais de humanistas que ficaram profundamente marcados pelo sucedido – em particular poemas e xilogravuras –, toda uma vasta e heterogénea herança foi deixada à Cristandade, constituindo a prova inequívoca do carácter excecional da delegação¹⁰².

96 *Memórias*, fl. 179r.

97 João de Faria foi o primeiro embaixador residente português na cúria papal. Nomeado por D. Manuel, ocupou o cargo entre fevereiro de 1512 e novembro de 1514, data em que foi sucedido por D. Miguel da Silva.

98 *Memórias*, fl. 179r.

99 *Memórias*, fl. 179r.

100 *Memórias*, fl. 179r.

101 Nomeadamente Lippomano, embaixador veneziano, e, como já referimos, Alberto de Carpi, embaixador do imperador Maximiliano.

102 Marcantonio Casanova, Aurelio Sereno, Paulo Giovio (biógrafo do papa), Paride de Grassi (mestre-de-cerimónias na corte de Leão X), Jacopo Sadoletto e Giampietro Piero Valeriano foram alguns dos prestigiados escritores coevos, que, da política à poesia, comemoraram a missão de obediência portuguesa (ou seja, a gesta lusa além-mar e o poder de D. Manuel), bem como a chegada a Roma do elefante Hanno.

O próprio Leão X redigiria um epitáfio para colocar no memorial ao elefante Hanno concebido, a seu pedido, por Rafael Sanzio (1483-1520), ícone do Renascimento italiano e artista de eleição do pontífice. O memorial foi colocado na parede à entrada do Vaticano, encontrando-se hoje perdido.

Hanno foi, de facto, inspiração na pintura e na escultura dos grandes artistas de Quinhentos. Rafael Sanzio pintou-o e utilizou-o largamente como tema. Também Giovanni Barili, mestre das madeiras para a basílica de São Pedro, elaborou uma reprodução sua, a única atualmente conhecida, num dos entalhamentos de uma das portas do Vaticano. Cf. António Camões Gouveia – De Lisboa a Roma para mostrar a Índia..., p. 24-25; Silvio A. Bedini – *The Pope's Elephant: Aspects of Portugal*. Manchester and Lisbon: Carcanet in association with the Calouste Gulbenkian Foundation and the Discoveries Commission, 1997, p. 59-63 e 238-240.

Através desta sumptuosa embaixada ao papa Leão X, o rei português afirmava-se como um dos mais poderosos soberanos do mundo. Foi este propósito propagandístico o principal objetivo da delegação e foi exatamente isto que o Fidalgo de Chaves tão bem transmitiu no seu relato: a construção viva de uma imagem e de uma simbólica de poder, perante os olhos e os ouvidos espantados (no sentido da *mirabilia* medieval) dos representantes de toda a Europa naquela que era a capital espiritual, política e cultural da Cristandade na viragem de Quatrocentos para Quinhentos.

A embaixada portuguesa possui uma função política e social bem definida, tem uma morfologia, uma hierarquização dos seus elementos. No todo e nas partes, ela comunica através de várias linguagens: o gesto, o vestuário, o som, os comportamentos (humanos e animais; veja-se quando o elefante molha os circundantes para regozijo da assistência). E o grau de leitura está de acordo com os vários públicos que a ela assistem nas ruas de Roma:

“cheguando A ponte de sancto angelo [,] onde o papa estaua, mandou Sua Santidade que se deteuesse pera ver ho que o alifante fazia. o Jndio lhe fez fazer muitas mesuras E dar bramidos E tomar aguo a tromba E deitala aos que o papa mandaua. E deitaramlhe ducados no chão tomauaos com a tromba E dauaos ao Jndio E assi outras moedas dahi pera baixo. E de o alifante entender E fazer todo o que lhe o Jndio mandaua erão o papa E os cardeaes marauilhados.”¹⁰³

É reveladora a preocupação do Fidalgo em fazer um relato quase visual da embaixada que desfilou por Roma a 12 de março de 1514, chegando ao ponto de transcrever a versão portuguesa da “Carta que o senhor de carpe embaixador do emperador maximiliano em Roma escreueo sobre a dita embaixada ao dito emperador.”¹⁰⁴

Aníbal Pinto de Castro destaca que, no seu todo, apesar de apresentar “uma formulação mais arcaizante e literal”, a “versão do Fidalgo não diverge substancialmente daquela que Damião de Góis inclui no capítulo LVII da 3ª Parte da *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* (depois copiada por D. António Caetano de Sousa nas Provas da História Genealógica), nem da de D. Jerónimo Osório no *De Rebus Emmanuelis Gestis*.”¹⁰⁵ Com efeito, no seu conjunto, a versão do Fidalgo difere pouco em relação à apresentada por Damião de Góis. Vejam-se as discordâncias mais relevantes:

103 *Memórias*, fl. 179r.

104 *Memórias*, fl. 179v.

105 Aníbal Pinto de Castro – Uma Voz do Diálogo Luso-Italiano na Época de Quinhentos, a do ‘Fidalgo de Chaves’. *Mare Liberum*. Lisboa. 2 (1991), p. 10.

Versão de Damião de Góis da carta do embaixador	Versão do Fidalgo de Chaves da carta do embaixador
“hos outros dous doctores em leis” ¹⁰⁶	“outro doutor E homem eclesiastico constituido nas pequenas ordens [...] o terceiro caualeiro da ordem da caualaria de Jesu christo de portugual.” ¹⁰⁷
“& depois hum Indio sobre hum fermoso cauallo” ¹⁰⁸	“E depois hum Jndio negro sobre hum fermoso caualo” ¹⁰⁹
“A este seguia hum Elephante Indio, que trazia encima (...)” ¹¹⁰	“a este seguia um alifante bem ornamentado” ¹¹¹
“logo apos elle seguiuã algũas azemalas mui fermosas, cubertas com reposteiros de raz, & seda de diversas cores, & insignias.” ¹¹²	“E loguo depois della seguiam algumas azemalas mui fermosas” ¹¹³
“Todo ho pouo vniuersal de Roma correo por ver esta nouidade, ho que nam hee maravilha, porq̃ poucas vezes, ou nunca acõteçeo mandarem hos Príncipe Christãos Legados a Roma com tam magnifico aparato” ¹¹⁴	“todo o pouo vniversal de Roma coRia por ver esta nouidade, o que nam hee maravilha por que pouco ameude se faz que os príncipes emviem leguados a Roma em assi grande Resplendor E manifico aparelho.” ¹¹⁵
“ho qual Elephante em chegando diante da janella onde ho Papa estaua lhe fez reuerença poendo hos geolhos no chão, fazendo, alem disso, outras cousas que lhe ho seu rector mandaua.” ¹¹⁶	“E quando o alifante veo diante da Janella onde o papa estaua, amoestado de seu Reitor fez Reuerença ao papa E abaixou os gíolhos.” ¹¹⁷
“Depois em outro dia assinado forão a Belueder, onde ho Papa estaua acompanhado de todoslos Cardeaes, & embaixadores” ¹¹⁸	“E depois em outro assinado dia offereçeram ao papa que estaua acompanhado de todoslos cardeaes” ¹¹⁹
“Eu acompanhei hos ëbaixadores, quomo he costume da corte Romana, & depois hos fui visitar, & lhes offereçi toda minha ajuda, em nome de vossa Magestade” ¹²⁰	“eu fui diante dos ditos embaixadores assi como hee husança E costume da corte. E depois os visitei por ser assi a maneira de saluar os embaixadores dos Reis na sua primeira vinda pollos embaixadores estantes em Roma.” ¹²¹

106 Cf. Damião de Góis – *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel...*, vol. III, op. cit., Capítulo LVII, p. 190.107 *Memórias*, fl. 179v.108 Cf. Damião de Góis – *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel...*, vol. III, op. cit., Capítulo LVII, p. 190.109 *Memórias*, fl. 179v.110 Cf. Damião de Góis – *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel...*, vol. III, op. cit., Capítulo LVII, p. 190.111 *Memórias*, fl. 179v.112 Cf. Damião de Góis – *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel...*, vol. III, op. cit., Capítulo LVII, p. 191.113 *Memórias*, fl. 179v.114 Cf. Damião de Góis – *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel...*, vol. III, op. cit., Capítulo LVII, p. 191.115 *Memórias*, fl. 179v.116 Cf. Damião de Góis – *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel...*, vol. III, op. cit., Capítulo LVII, p. 191.117 *Memórias*, fl. 179v.118 Cf. Damião de Góis – *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel...*, vol. III, op. cit., Capítulo LVII, p. 191.119 *Memórias*, fl. 179v.120 Cf. Damião de Góis – *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel...*, vol. III, op. cit., Capítulo LVII, p. 192.121 *Memórias*, fl. 181r.

De salientar, em ambos os casos (embora na versão do Fidalgo a referência seja ainda mais objetiva e esclarecedora), a menção ao protocolo diplomático da época relativo a embaixadas desta natureza: “eu [Alberto de Carpi] fui diante dos ditos embaixadores assi como hee husança E costume da corte. E depois os visitei por ser assi a maneira de saluar¹²² os embaixadores dos Reis na sua primeira vinda pollos embaixadores estantes em Roma.”¹²³

Para legitimar a sua representação da embaixada, a argumentação do Fidalgo baseia-se no recurso ao documento como prova e, consequentemente, como meio superior de demonstração. Reside aqui a justificação para a inclusão no relato da missiva do embaixador do imperador Maximiliano I. O mesmo se passa, aliás, com Damião de Góis: “Esta carta por dar mór Fé aho que tenho scripto desta embaixada, me pareço cousa conveniente poer aqui, pera com ella cõfirmar ho grande aparato com que elRei mandou Tristão da cunha a Roma”¹²⁴. Desta forma, o destinatário do texto não terá qualquer dúvida acerca da veracidade dos factos. Até porque, como seria de esperar de uma missiva dirigida ao Sacro Imperador Romano-Germânico, a carta de Alberto de Carpi é plena de minúcia e detalhe¹²⁵.

Como salienta Eugenio Asensio, o Fidalgo “pinta con lujo de pormenores el desfile de la embajada de Tristão da Cunha con Garcia de Resende y el elefante.”¹²⁶ Já Aníbal Pinto de Castro, por sua vez, havia notado que a versão do Fidalgo acerca da embaixada de Tristão da Cunha apresenta uma “minúcia [que] ultrapassa por vezes a do próprio Garcia de Resende, mesmo sem ter em conta a transcrição da carta do Embaixador De Carpe”¹²⁷.

Graças à sua diversidade animal, material e até humana, a embaixada de 1514 provocou no coração do *Velho Continente* o espanto pelas realidades extra-europeias, contribuindo de forma decisiva para a divulgação da gesta dos portugueses nos oceanos do mundo e para o despertar do interesse das restantes nações da Europa pelas navegações lusas¹²⁸. Atente-se na seguinte passagem da missiva do embaixador imperial, que destaca a heterogeneidade do público que assistia ao desfile: “todo o pouo vniversal de Roma coRia por ver esta nouidade, o que nam hee maravilha por que pouco ameude se faz que os príncipes enviem leguados a Roma em assi grande Resplendor E manifico aparelho.”¹²⁹

122 Leia-se “saudar”.

123 *Memórias*, fl. 181r.

124 Cf. Damião de Góis – *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel...*, vol. III, op. cit., Capítulo LVII, p. 193.

125 *Memórias*, fl. 179v a fl. 181r.

126 Eugenio Asensio – *Memórias de Um Fidalgo de Chaves (1510-1517)...*, p. 17.

127 Aníbal Pinto de Castro – *Uma Voz do Diálogo Luso-Italiano...*, p. 13.

128 *Memórias*, fl. 179v e fl. 180r.

129 *Memórias*, fl. 180r.

Será este público a passar a mensagem acerca da magnificência e da novidade da embaixada para os mais diversos destinos europeus.

A embaixada tem sobretudo um carácter exótico, ou seja, transcontinental e é nisso, essencialmente, que difere e se distancia (em superioridade) de todas as outras que em Roma desfilaram perante o novo pontífice. Trata-se do desfile dos grandes viajantes e dos propagadores da fé cristã, trazendo consigo as maravilhas encontradas nas regiões recém-descobertas para a Cristandade. Esta é a marca matricial da embaixada de Tristão da Cunha, pelo que todos os elementos que a compõem têm sempre inerente a conotação do longínquo, e por isso sedutor, mundo além-mar.

E o exotismo não se limita ao elemento animal materializado no elefante e na onça. Estende-se igualmente ao precioso elemento humano, seja na figura do *mahout*¹³⁰ indiano que conduz o elefante, seja pelo “Jndio negro sobre hum fermoso caualo ornado de huma sella da Jndia, o qual trazia atras si sobre as ancas do cauallo hua besta semelhael ao lião pardo, mas de corpo mais gracioso E de muitas E desvairadas cores”¹³¹, seja ainda através dos escudeiros negros que integram a embaixada: “muitos daquelles escudeiros erão negros E crespos E outros trosquiados E nam assi aluos como são os Jtalianos.”¹³²

É, afinal, desta componente de “raridade” que sobreleva a função propagandística e de símbolo e instrumento de poder da embaixada: a construção da imagem de D. Manuel enquanto príncipe cristão todo-poderoso, rodeado do exotismo do mundo, a quem os mais distantes monarcas prestam vassalagem – “era el Rei nosso senhor sobre todolos outros tido em maior veneração de catolico E christianissimo”¹³³.

O mesmo se pode depreender das palavras do embaixador Alberto de Carpi:

“a materia era preçiosa mas a obra sobrepoJaua aa materia, a qual era polla singular Religião E deuação deste príncepe dada. (...) E nam hee de poer em silêncio que haa estendido E engrandeçido nossa Religião com grande gloria atee os guaramantes E Jndios. E que assi tanto honrrauam por sua larguesa E liberalidade.”¹³⁴

Através da progressiva elevação da imagem de otimismo, prosperidade e poder de D. Manuel, a embaixada de Tristão da Cunha reflete, enfim, as ambições políticas – podemos mesmo afirmar imperiais¹³⁵ – do projeto régio português:

“era el Rei nosso senhor sobre todolos outros tido em maior veneração de catolico E christianissimo E bem aventurado em todas suas cousas como se amostraua pollas con-

130 Tratador.

131 *Memórias*, fl. 179v e fl. 180r.

132 *Memórias*, fl. 179r e fl. 179v.

133 *Memórias*, fl. 179v.

134 *Memórias*, fl. 180v.

135 Cf. Luís Filipe Thomaz – *L’Idée Impériale Manuéline...*

tinuas festas que se em Roma faziam das victorias que lhe nosso senhor daua contra os Infiees, assi em africa como na Jndia [,] enRiqueçendo os seus E acreçentando seu estado E poderio [.]”¹³⁶

Por outro lado, visando as demais potências europeias, em particular as emergentes (a França e a Espanha), a embaixada de 1514 possui uma grande importância institucional na medida em que dá a ver uma nova imagem da relação entre o poder político português e o poder religioso e temporal da Santa Sé. Daí que, com uma profunda conotação política, se destine a um público que não é só o das ruas de Roma mas também o dos embaixadores, agentes, mercadores e nobres estrangeiros.

Mas, para além destes objetivos de carácter geral, que outros, mais concretos, teria a embaixada de 1514? Desde logo, a prossecução das sessões suspensas do Concílio de Latrão V (1512-1517), onde era debatida a questão estrutural da Reforma da Igreja. Depois, que fosse estabelecida uma liga defensiva e ofensiva dos reis cristãos para fazer face ao imparável avanço Turco que ameaçava a Europa ocidental e muito em particular, depois de Otranto, o coração da Cristandade. Em seguida que o pontífice autorizasse a realização de uma coleta temporária em determinados rendimentos do clero secular e religioso¹³⁷, com o propósito de financiar as atividades na Ásia e em África. Finalmente, a concessão “das muitas e mui importantes graças especiaes em cujo complexo está envolvido e amplificado o padroado das igrejas do Ultramar, que elle [D. Manuel] então pediu que fosse incorporado á ordem de Christo”¹³⁸.

No geral, estes objetivos foram concretizados (à data da entrada de Tristão da Cunha na *Cidade Eterna*, os dois primeiros perderam validade), revelando-se a embaixada um sucesso, como se pode verificar através das respostas favoráveis de Leão X materializadas num conjunto de bulas e breves datados de entre 29 de abril de 1514 e 30 de janeiro do ano seguinte¹³⁹.

O próprio Fidalgo assinala este êxito no seu testemunho: “tendo tristão da cunha os negoçios acabados como compria a seruiço del Rei partiosse de Roma na fim de maio. E atee embarcar suas cousas foram prosperas.”¹⁴⁰; “Conçedidas as sobre-ditas graças a el Rei, pedio sua alteza ao papa nunçio pera hir a portugual dar as bulas de sua santidade a execução.”¹⁴¹

Mas observemos um pouco mais em detalhe. A 29 de abril de 1514 o papa começa por retribuir as oferendas de D. Manuel, assinando uma bula na qual con-

136 *Memórias*, fl. 179v.

137 Cf. António Alberto Banha de Andrade – *História de um fidalgo quinhentista português, Tristão da Cunha...*, p. 125.

138 Marquês de Resende – *Embaixada de el-rei D. Manuel ao papa Leão X*. In *O Panorama*, Lisboa, 1854, vol. XI (3ª da 3ª série), p. 219.

139 Cf. *Corpo Diplomatico Portuguez...*, p. 244-310.

140 *Memórias*, fl. 200v.

141 *Memórias*, fl. 200v.

tribui para o combate português contra os infiéis em África e na Ásia através do lançamento das terças nos frutos e rendas dos Mosteiros e Igrejas de Portugal: “certis decimarum partibus, *tertiis* nuncupatis, in Portugalliae, Algarbiorumque Regnis, caeterisque Provinciis, Insulis et locis tibi subjectis.”¹⁴²

Em 11 de maio do mesmo ano, o papa oferece a *Rosa de Ouro* ao monarca¹⁴³ (D. Manuel já havia recebido uma de Júlio II, em 1506), que neste ano era também ambicionada pelo sacro imperador Maximiliano: “sua estada [de Tristão da Cunha] foi em Roma tres meses, por que foi necessário mandar a el Rei avisos dos negoçios a que viera, E esperar de sua alteza Reposta. no qual tempo lhe foi dada a Rosa pera el Rei.”¹⁴⁴ Ainda que de valor material exíguo, a peça revestia-se de enorme significado simbólico, pois além de se tratar de um costume ancestral, premiava um Príncipe cristão que tivesse manifestado particular devoção, sobretudo no que dizia respeito à expansão da fé, à causa da Igreja Romana.

Em bula de 7 de junho¹⁴⁵, Leão X confirma o direito de Padroado espiritual de toda a Igreja e mais benefícios de todas as terras do Ultramar, concedido pelos predecessores aos reis de Portugal, por incorporação na Ordem de Cristo.

Logo a seguir surge a bula *Pro excellenti*, datada de 12 do mesmo mês, criando o bispado do Funchal, com dignidade e cônegos¹⁴⁶. Esta graça atribuída pelo novo pontífice, como António Banha de Andrade salienta, “parecendo à primeira vista um assunto estritamente eclesiástico, não deixa de provocar profundas repercussões no revigoramento do Estado Português”¹⁴⁷, dado o avançado estado de desenvolvimento da Madeira, com particular incidência para a cidade do Funchal.

Em bula de 14 de setembro, o pontífice concede indulgências aos participantes da expansão¹⁴⁸. Depois, com data de 24 do mês seguinte, destaca-se a “Carta de notificação da graça concedida pelo Santo Padre, Leão X, como por seus embaixadores fora requerido, havendo respeito ao muito serviço que na guerra dos mouros faziam, com muito trabalho, fadiga, despesa, perigos e mortes, pudesse el-rei haver pelos mosteiros e igrejas, das colações dos prelados”¹⁴⁹.

Numa quinta bula, de 3 de novembro, confirma a doação e concessão de Nicolau V (1397-1455, papa desde 1447), Calisto III (1378-1458, papa desde 1455)

142 Cf. Bulla do Papa Leão X dirigida a el-Rei. 1514 – Abril 29. In *Corpo Diplomatico Portuguez...*, p. 244-248.

143 Cf. Breve do Papa Leão X dirigida a el-Rei. 1514 – Maio 11. In *Corpo Diplomatico Portuguez...*, p. 252-253.

144 *Memórias*, fl. 200r.

145 Cf. Bulla do Papa Leão X dirigida a el-Rei. 1514 – Junho 7. In *Corpo Diplomatico Portuguez...*, p. 254 ss.

146 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Bulas*, mc. 20, n.º 34. Veja-se igualmente Bulla do Papa Leão X. 1514 – Junho 12. In *Corpo Diplomatico Portuguez...*, p. 257-260.

147 Cf. António Alberto Banha de Andrade – *História de um fidalgo quinhentista português...*, p. 129.

148 Cf. Bulla do Papa Leão X. 1514 – Setembro 14. In *Corpo Diplomatico Portuguez...*, p. 269-271.

149 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 150v.

e Sisto IV de todas as terras e províncias conquistadas e por conquistar, não apenas na Índia mas também em terras desconhecidas¹⁵⁰.

Leão X ofereceu ainda a D. Manuel um volume iluminado, provavelmente um *Livro de Horas*, bem como uma suposta chaminé de mármore branco da autoria de Miguel Ângelo, que terá inicialmente sido montada no Palácio de Almeirim onde perdurou até ao Terramoto de 1755¹⁵¹.

Mas o auge das benesses de Leão X ao rei português acontece quando a 30 de janeiro de 1515¹⁵² atribui a D. Manuel os prestigiados *Gladius et Pileus* (espada papal e barrete ducal), que constituem à época a mais alta condecoração que um príncipe cristão podia receber do papado, “como símbolos do poder real de campeão da fé na República cristã”¹⁵³. Nunca atribuída a um rei português, o grande valor desta distinção residia não na “matéria” mas antes no “mysterio”, como assinalava o próprio pontífice. Dado Tristão da Cunha já ter regressado ao reino, coube a João de Faria ser o portador da distinta oferenda papal¹⁵⁴: “neste tempo deu o papa ho estoque ao doutor João de faria pera el Rei de portugual. E elle se veo mandando sua alteza dom miguel a Roma por seu embaixador.”¹⁵⁵

Um pormenor importante relativamente à descrição da embaixada de 1514 pelo viajante flaviense, reside no facto de o mesmo não fazer qualquer menção a uma delegação do Congo a prestar obediência ao papa, em nome do seu rei, integrada na missiva portuguesa. Esta omissão pode contribuir para solucionar uma controvérsia já com longa data, ao integrar-se na corrente que defende que esta embaixada nunca existiu, onde merece particular destaque a avaliação do padre António Brásio¹⁵⁶. Certamente que a ter acontecido, o autor não deixaria de assinalar tão exótico acontecimento na vida da cúria e de Roma, sobretudo se integrado na delegação de Tristão da Cunha. O *argumentum ex silentio* de um documento coevo pode, de facto, revelar-se carregado de força demonstrativa, sendo por isso decisivo na resolução de uma contenda historiográfica.

Em síntese, profundamente politizada, a embaixada de obediência ao papa enviada por D. Manuel a Roma constitui o grande momento diplomático testemunhado pelas *Memórias* e o instante por excelência em que o Fidalgo evidencia a importância crescente da simbólica e da representação do poder nos alvares do novo

150 Transcrevendo inclusive as respetivas bulas dos dois últimos pontífices. Cf. Bulla do Papa Leão X dirigida a el-Rei. 1514 – Novembro 3. In *Corpo Diplomático Português...*, p. 275-298.

151 Cf. Arnaldo Pinto Cardoso – *A Presença Portuguesa em Roma*. Lisboa: Quetzal, 2001, p. 73.

152 Breve do Papa Leão X dirigido a el-Rei. 1515 – Janeiro 30. In *Corpo Diplomático Português...*, p. 309-310.

153 Cf. António Alberto Banha de Andrade – *História de um fidalgo quinhentista português...*, p. 129.

154 Cf. Lembrança de quando El-Rei recebeu a cruzada e a rosa benta que trouxe Tristão da Cunha, e a cerimónia de como a recebeu. In *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro Conde da Idanha do Tempo Que Ele e Seu Pai, António Carneiro Serviram de Secretários: 1515 a 1568*. Ed. Ernesto de Campos de Andrada. Lisboa: Imprensa Nacional, 1937, p. 196-197.

155 *Memórias*, fl. 211r.

156 Cf. Pe. António Duarte Brásio – *Embaixada do Congo a Roma em 1514. Studia*. Lisboa. 32 (1971) 51-88.

século. Noutra vertente, dá a ver o protagonismo da atividade diplomática enquanto via privilegiada para a concretização satisfatória da nova forma de fazer política externa por parte das monarquias em ascensão.

D. Manuel revela-se à Cristandade ao mesmo tempo que a diplomacia portuguesa oferece ao Sumo Pontífice o mundo descoberto e dominado pelo rei de Portugal, em prol da expansão da fé cristã. E é o próprio papa Leão X quem confirma este ato supremo de propaganda na missiva que envia ao rei português¹⁵⁷.

À cabeça de uma nação já essencialmente intercontinental, o monarca luso tem de apresentar uma diplomacia tão sólida quanto eficaz e inovadora, de acordo, afinal, com os novos tempos que se vivem na Europa. Até porque os interesses internacionais de Portugal afirmam-se num novo contexto político europeu, pautado pelo facto de as monarquias em ascensão verem os seus destinos de forma interligada através das políticas dinásticas e da consolidação das redes familiares entre os soberanos.

O Fidalgo de Chaves faz, pois, evidenciar na sua narrativa como se davam em Portugal os primeiros passos rumo a uma nova realidade política, na qual a diplomacia avulta como um instrumento fundamental para o alcance dos grandes objetivos nacionais e internacionais.

A atividade diplomática portuguesa em Roma é tanto mais importante e sensível quanto o facto de a Coroa desejar manter uma prudente política de neutralidade face aos conflitos europeus. Tal objetivo político implicava uma estratégia e uma capacidade diplomáticas de exceção, pois todo e qualquer desenvolvimento das relações entre as Casas reinantes passava invariavelmente por Roma. E Portugal conseguiu-o, de facto, como o autor testemunha no seu relato.

O eventual agente brigantino atesta igualmente como a diplomacia designa com precisão o carácter instrumental da política externa, desempenhando um papel intermediário fundamental nas relações do centro de decisão nacional com as outras monarquias.

Noutra perspetiva ainda, certifica como a noção de *contacto* se torna crucial enquanto ato elementar da política externa para o estabelecimento de relações internacionais, ou seja, de relações entre as Casas reinantes. Um ato que evoca, enfim, uma prática dialogante entre nações no sentido de conciliarem os seus esforços com vista à resolução de problemas ou à prossecução de objetivos políticos, estratégicos, económicos ou militares de interesse mútuo¹⁵⁸.

As *Memórias* apresentam-se, por tudo isto, como um retrato nítido dos primórdios da diplomacia portuguesa, ou seja, do momento fundador em que ela começa a organizar-se de acordo com parâmetros modernos devido, por um lado,

157 *Memórias*, fl. 174v.

158 Cf. Henri Lapeyre – *Las monarquías europeas del siglo XVI: las relaciones internacionales*. Barcelona: Labor, 1969.

à necessidade urgente da nação se adaptar à nova realidade política europeia e ao consequente despoletar de um intenso período de comunicações internacionais, e, por outro, à necessidade de a Coroa assumir de forma decidida o papel de líder de um vasto e diversificado império. Afinal, para atingir os seus objetivos expansionistas, Portugal tem necessidade da Europa e do reconhecimento internacional que ela proporcionava, muito em particular da centralidade de Roma¹⁵⁹.

2.2.1.1. O envio de uma segunda embaixada a Leão X

Ainda no quadro da embaixada de obediência a Leão X, o Fidalgo de Chaves dá também notícia do envio a Roma por D. Manuel de uma segunda delegação diplomática, onde merecia destaque o famoso rinoceronte indiano¹⁶⁰ oferecido pelo rei de Cambaia, em 1514, a Afonso de Albuquerque (1453-1515), então governador do Estado Português da Índia¹⁶¹:

“el Rei de frança foi loguo hi (...) E chegou a marselha a tempo que vio a nao del Rei de portugual em que mandaua ao papa o Roinaçerom com outras Ricas Joias, o qual Ja a Rainha sua molher fora ver. diziasse que esta fora a causa por que se a nao perdeo esperando mais do que convinha pera segura naueguação, por que se meteo muito o Jnverno E navegando pera Roma perdeosse com tempestade atraves das Jlhas deRadeiras. da Riqueza que leuaua se fala muito em Roma. E muitos foram desta perda tristes polla parte dos presentes que esperauam.”¹⁶²

Infelizmente, o papa nunca chegou a ver o exótico animal vivo, pois a embarcação que o transportava naufragou na costa italiana, em 1516¹⁶³.

Pelas palavras do autor podemos vislumbrar a expectativa que rodeava a chegada desta nau a Roma. Até o poderoso rei de França se deslocou rapidamente a Marselha para ver o animal que o soberano português enviava ao papa. Isto, como o autor indica, para além de todo um manancial de riquezas que compunha as oferendas ao pontífice.

159 Cf. António Camões Gouveia – Portugal e a Europa: a sociedade e as relações diplomáticas de Tordesilhas aos Pirenéus. *Revista ICALP*. Lisboa. 15 (1989) 89-95; Soares Martínez – *História diplomática de Portugal*. Coimbra: Almedina, 2010.

160 Conhecido por “Ganda”.

161 Em 1514, Afonso de Albuquerque enviou embaixadores ao Sultão Muzafar II de Cambaia, pedindo autorização para a construção de uma fortaleza em Diu. A missão não teve sucesso, contudo registou-se a tradicional troca diplomática de oferendas, a qual incluiu um rinoceronte indiano. Albuquerque decidiu enviar o rinoceronte ao Rei D. Manuel I (chegou a Lisboa no dia 20 de maio de 1515), que por sua vez o enviou como presente ao Papa Leão X. Cf. Silvio A. Bedini – *The Pope’s Elephant...*, p. 112. Afonso de Albuquerque foi Governador e Vice-rei da Índia entre 1509 e 1515.

162 *Memórias*, fl. 211v.

163 Viu-o, posteriormente, mas empalhado, o que ainda assim lhe causou grande espanto, nas palavras do embaixador D. Miguel da Silva.

Certamente inspirada no sucesso político da antecessora embaixada, esta segunda delegação visava, num subsequente movimento diplomático, intensificar os esforços para a concretização satisfatória de um projeto político internacional, cujo ponto-chave residia agora em “pressionar” o papado a tomar uma decisão em favor de Portugal na sensível questão da posse das ilhas de Maluco e da demarcação das zonas de influência no Extremo-Oriente e no oceano Pacífico.

Estamos, pois, perante uma tentativa diplomática do monarca português de desenvolver pressões políticas no Vaticano. É que, apesar de todas as vicissitudes provocadas pelo desenvolvimento das *Guerras de Itália*, o pontificado continua à época a representar a autoridade supra-nacional na *Republica Christiana* e, conseqüentemente, a assumir a figura de árbitro nas grandes contendas geopolíticas de então entre as principais nações cristãs, como por exemplo relativamente à partilha do mundo entre Portugal e Castela-Aragão.

A partir do momento em que o castelhano Vasco Nuñez de Balboa (1475-1519) avistou o *Mar del Sur*, mais tarde batizado de oceano Pacífico, atravessando o istmo do Panamá (setembro/outubro de 1513), a corte portuguesa ficou consciente de que a sua posição de potência europeia dominante no outro lado do globo estava comprometida. Em simultâneo, chegou o final do ano da coroação do novo papa, a corte romana estava sensibilizada para esta delicada questão da contenda entre portugueses e espanhóis em tão longínquas paragens. O problema residia em que os castelhanos tinham agora uma rota potencial, alternativa à portuguesa, para atingirem as ilhas das especiarias, bem como a China. Não querendo perder a oportunidade de garantir o favoritismo do novo pontífice nesta disputa, D. Manuel aproveitou todo o recente apoio publicamente demonstrado pela cúria para enviar uma nova embaixada, agora centrada na oferta de uma figura mítica medieval – o rinoceronte –, que para mais era vista como o inimigo mortal do elefante já estante em Roma.

O monarca visava desta forma surpreender politicamente o país vizinho, fazendo pender para o lado de Portugal a balança de uma disputa diplomática que se revelava da máxima importância geoestratégica. O propósito último seria, pois, assegurar o domínio incontestável das ilhas das especiarias situadas para além de Malaca, as Molucas, e possibilitar o acesso livre às costas de Cataio e de Cipango, estabelecendo, na sequência, estratégicos entrepostos comerciais – e se possível militares – nestas paragens mais distantes do mundo.

Apesar de Roma não ter assistido à entrada do *Roinaçerom* no seu espaço, esta oferta não deixou de ter impacto na cultura europeia da época. Com efeito, tal evento proporcionou a circulação de um largo número de notícias, constituindo o ponto alto deste fenómeno de divulgação cultural o célebre desenho de Albert Dürer

(1471-1528)¹⁶⁴. Mostrando um animal nunca visto na Europa desde a Roma dos Césares, a imagem criada pelo gravador, pintor e ilustrador alemão, foi reproduzida e divulgada por todo o continente.

Após chegar a Lisboa, o animal foi examinado por curiosos e estudiosos, tendo sido enviadas para diversos destinos da Europa cartas pessoais com descrições da fantástica criatura. Emblemáticas são duas missivas enviadas poucas semanas após a chegada do animal à capital portuguesa. Uma da autoria de Valentim Fernandes (14[??] -c.1518), membro da comunidade germânica em Lisboa, enviada para um anónimo mercador de Nuremberga; e outra igualmente enviada para um desconhecido mercador de Nuremberga, que inclui uma descrição do rinoceronte e um esboço do mesmo, e que acabou por chegar às mãos de Dürer. Nesta última destaca-se a seguinte passagem, parte da qual Dürer irá reproduzir no topo da sua célebre xilogravura:

“No primeiro de Maio de 151 ... [ano ilegível] foi enviado ao nosso rei de Portugal vinda das Índias Orientais para Lisboa, um animal vivo chamado rinoceronte. Por forma a dar-lhe uma ideia da estranheza desta besta, envio-lhe um esboço. Tem a cor de um sapo, é extremamente massivo e está coberto de conchas/escamas. Tem a forma de um elefante, mas é mais baixo nalgumas partes, e é o inimigo mortal daquele. Na parte inferior do focinho traz um corno que é forte e afiado, o qual aguça nas pedras quando se aproxima de um elefante para lutar com ele. Nesta situação, corre em direcção ao elefante, colocando a cabeça para baixo na frente das patas e apontando para onde aquele tem a pele menos protegida, podendo assim ser fendida. O elefante tem muito medo do rinoceronte, porque este, para além de estar bem protegido, ser muito ágil e malicioso, quase sempre o fere. O animal é chamado *Rhynoceros* em grego e latim, e *Ganda* na Índia.”¹⁶⁵

2.2.2. A embaixada dos maronitas

Outra importante embaixada referenciada pelo Fidalgo é a dos maronitas, relativamente à qual assume uma posição favorável, notando-se que foi seduzido pela modéstia e honestidade da delegação¹⁶⁶.

A embaixada é composta por três elementos apenas: um embaixador e dois companheiros. Da figura central, o embaixador propriamente dito, assinala o estatuto social (“clérigo”), a idade (“homem de idade”) e o traje (“vestia panos azues A maneira dos de sancto eloi”). A mesma informação é fornecida relativamente aos res-

164 Em 1512, Dürer ascendeu ao cargo de pintor de corte de Maximiliano I. Perfeitamente imbuído do espírito humanista do Renascimento, contactou com diversos pintores e homens de letras, nomeadamente Erasmo de Roterdão.

165 Cf. Silvio A. Bedini – *The Pope's Elephant...*, p. 119-121.

166 *Memórias*, fl. 181r e fl. 181v.

tantes membros da delegação: “os companheiros eram mançebos E religiosos. seus vestidos erão de frades de são bento”¹⁶⁷. Pormenor curioso é a forma como adjectiva a língua utilizada por estes “estranhos” cristãos: “sua lingua mui escurissima. seu Rezar era caldeu”. Não deixa, no entanto, de elogiar e elevar as suas capacidades teológicas: “erão tam grandes cleriguos que tocandolhes em algum verso do salteiro ou ponto de briuia sem detença ho mostrauam.”¹⁶⁸

Quanto ao objectivo desta embaixada oriental não restam dúvidas: “diziam que tinham patriarca o qual mandaua por elles obediência ao papa E se sometia A JgreJa Romana.”¹⁶⁹

Verdadeiramente meritórios eram os esforços pela fé do embaixador maronita e respectivos companheiros, pois “aviam escapado de nam serem tomados dos Infiees com grande periguo E trabalho.”¹⁷⁰ Sendo-lhes, por isso, devido todo o favor e reconhecimento da Cristandade, o que acontece pela mão de um príncipe da Igreja e do próprio pontífice: “o cardeal de santa cruz os Recolheo em sua casa, E lhes fazia honrra dandolhes todo o neçessario. (...) E o mais mançebo ficou em Roma pera aprender a lingua latina, ao qual o papa mandaua ensinar com muita diligencia.”¹⁷¹

A delegação ficou em Roma quase um ano, até que o embaixador regressou ao Médio Oriente com um companheiro.

A embaixada dos maronitas marca presença na carta do embaixador Alberto de Carpi ao imperador Maximiliano, onde vem referido que a mesma veio a Roma pedir a confirmação de um arcebispo que tinham eleito “por que polla distancia dos luguares nom guardauam a maneira da JgreJa catolica, mas polla diligencia E estatuto dos frades da obseruança de são françisco que moram em suas terras azeitaram de çincoenta anos pera qua a fee da JgreJa catolica E se someteram A obediência do nosso santissimo papa.”¹⁷²

A pedra-de-toque relativamente à descrição desta embaixada é dada por uma singela afirmação do autor, onde considera, num tom absolutamente pessoal, como “Mui deferentes foram os sobreditos dous embaixadores que em hum tempo vieram dar obediência ao nosso santo padre [...] hum de ponente E outro de leuante. hum poderoso E Rico, outro pobre E sem pompa. o Rico a pedir, E o pobre a dar E acreçentar a santa madre JgreJa.”¹⁷³

167 *Memórias*, fl. 181r.

168 *Memórias*, fl. 181r.

169 *Memórias*, fl. 181v.

170 *Memórias*, fl. 181v.

171 *Memórias*, fl. 181v.

172 *Memórias*, fl. 181r.

173 *Memórias*, fl. 181v.

Neste exíguo registo sobressai a ética e a moral que configuram o humanismo cristão de fundo erasmiano do autor¹⁷⁴: ele compara a embaixada maronita, pobre e modesta, com a do seu próprio país, rica e pomposa. O nuclear da crítica aqui presente, denunciadora de uma postura pedagógica, reside na constatação de que a delegação rica pede, ao passo que a pobre dá e acrescenta a Cristandade. Uma problemática que remete igualmente para o ambiente de Reforma que caracteriza a Primavera de Quinhentos – pressente-se a sintonia entre o espírito analítico do autor e a época em que vive, pois não hesita em apontar o dedo à embaixada do seu país, pouco antes enaltecida pela sua pena, que de alguma maneira expõe como ostentatória e, consequentemente, superficial em termos de intensidade espiritual quando comparada com outra, muito mais modesta do ponto de vista material mas superior em termos de entrega e devoção religiosas.

2.2.3. A embaixada do rei da Polónia

A referência nas *Memórias* à embaixada de obediência ao novo pontífice em representação da Polónia reveste-se de uma singularidade: o autor utiliza-a como referencial comparativo com a embaixada liderada por Tristão da Cunha. O objetivo é reforçar a legitimidade da política externa de D. Manuel e, sobretudo, da representação do seu poder em Roma¹⁷⁵.

Neste quadro, a delegação do norte da Europa apresenta dois atributos negativos: a pobreza disfarçada de riqueza e a falta de argumentos do bispo/embaixador polaco que se limita a solicitar ao seu rei que imite o soberano português nos pedidos ao papa.

O contingente polaco nada traz de exótico para Roma, o centro do mundo, o lugar por excelência da troca e avaliação de olhares entre europeus. Lacuna crucial precisamente no tópico que mais distingue a missiva lusa. De tal forma que “esta embaixada foi sumida da de português como pequeno Reguato em grão Rio.”¹⁷⁶

Mas a questão fundamental no testemunho do Fidalgo em relação à delegação diplomática da Polónia prende-se com a sugestão do bispo embaixador ao seu rei e a subsequente resposta deste:

“Dada sua obediência os leigos se foram pera polonia, E o bispo ficou Residente em curia, o qual vendo que o papa concedera as JgreJas de português a el Rei no abito de

174 Para aprofundar esta temática da influência de Erasmo na Península Ibérica, veja-se A. G. Dickens, Whitney R. D. Jones – *Erasmo el Reformador*. Madrid: Acento, 2002; Marcel Bataillon – *Erasmus et la Cour de Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1927; Marcel Bataillon – *Erasmus y el Erasmismo*. Barcelona: Editorial Crítica, 1983; Marcel Bataillon – *Erasmus y España. Estudios sobre la historia espiritual del siglo XVI*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

175 *Memórias*, fl. 202v.

176 *Memórias*, fl. 202v.

christus pera os caualeiros fazerem guerra aos mouros em africa [,] posto que era perlado, por fazer o que a seu ofício E cargo tocava, escreueo a el Rei dandolhe conta disso, E que deuia pedir as de seu Reino pera os seus caualeiros, pois a elle convinha com mais Justa causa pedir a dita graça pois tinha os Jmiguos As portas demarcando E confinando com elles, E el Rei de portugual os hia buscar Alem do mar.”¹⁷⁷

O bispo polaco defende que o seu rei tem mais direito ao benefício papal do que o soberano português, pois tem o inimigo às portas enquanto este último tem de ir ao seu encontro além-mar.

No entanto, mediante a resposta do próprio soberano setentrional¹⁷⁸, verificamos que, na verdade, o que o autor procura é evocar a questão fundadora da *guerra justa* com o propósito de legitimar a petição de D. Manuel: os portugueses vão, por vontade e esforço próprios, combater o infiel longe, em sua própria “casa”, levando a fé cristã a domínios até então vedados aos europeus, após terem expulsado do seu território ibérico qualquer presença islâmica. Fica assim justificada a petição ao papa para novas contribuições com o objetivo de suportar o custo das campanhas militares além-mar, excessivamente onerosas dada a distância e as condições em que se efetuam. Se o rei da Polónia tem o inimigo às portas, então não se justifica que solicite tais concessões ao Sumo Pontífice.

2.2.4. Papado e Império no século XVI: a entrada do cardeal Gurgensis em Roma

Apesar da exiguidade de informações, a entrada do cardeal Gurgensis em Roma para dar obediência ao papa da parte do imperador Maximiliano I constitui outro momento importante do texto do viajante flaviense: “Neste tempo tornou gurgensis a Roma em abito de cardeal, E deu obediência ao papa pollo emperador. veo bem acompanhado, E os seus chãamente vestidos nam muito finos. esteue em Roma alguns meses, E tornou-se pera alemanha.”¹⁷⁹

O autor não deixa de acentuar a modéstia da delegação, dado controverso devido ao facto de nesse mesmo ano de 1514 o imperador Maximiliano se encontrar na expectativa de receber a *Rosa de Ouro* por parte do papa. O facto é que, na realidade, as relações entre o império e o papado revestiam-se de uma forte tensão não mascarada pelo envio de delegações faustosas a Roma por parte da instituição imperial. Ambas as instituições continuavam a digladiar-se politicamente no plano internacional disputando um lugar de primazia na Cristandade que, neste período,

177 *Memórias*, fl. 202v.

178 *Memórias*, fl. 202v.

179 *Memórias*, fl. 204r.

ironicamente, começava já a tornar-se efêmero para ambas dada a emergência das diversas monarquias nacionais.

O cenário das grandes disputas internacionais pelo domínio da Europa Ocidental e da Cristandade tinha mudado para não mais regressar ao passado, e o palco onde essas mutações estavam a tomar forma era Itália e mais especificamente Roma.

Noutra vertente, a referência à delegação imperial oferece, mais uma vez, destaque à embaixada portuguesa que todas ultrapassa em luxo, dignidade e poder.

2.2.5. Um momento controverso: Francisco I perante Leão X

O relato do voto de obediência do rei de França, ocorrido no ano de 1516, ao novo pontífice por parte do Fidalgo de Chaves informa acerca de traços fundamentais da política externa do papado, em particular no que se refere à relação com o reino da flor-de-lis.

Desde logo, a passagem em questão assinala uma obediência dada *in persona* pelo soberano francês, o que aponta para uma íntima cumplicidade, sobretudo ao nível temporal, ou seja, político e militar num quadro geoestratégico mais vasto, entre Leão X e Francisco I:

“Avendo el Rei de França em seu poder paçifico o ducado de milão conçertaram elle E o papa de se verem ambos em bolonha. (...) E chegados a bolonha, el Rei de França foi loguo hi, E pousou nos paços do papa pera falarem a seu prazer. o papa disse missa pontifical, E el Rei lhe deu em pessoa a obediência. E despois de assentar seus feitos E liguas, passados tres dias el Rei se tornou pera milão.”¹⁸⁰

Por outro lado, esta passagem revela toda uma informalidade existente entre os dois líderes – expressa quer na ausência de uma autêntica embaixada ao sumo pontífice, quer no incumprimento de um calendário oficialmente estabelecido para este efeito, quer ainda no próprio espaço utilizado para o encontro e efetivação do ato de obediência, Bolonha –, que rompe com aspetos do protocolo relativo à recepção papal e da cúria no seu conjunto às embaixadas de obediência, nomeadamente, a audiência concedida pelo papa aos embaixadores, após o desfile do cortejo, na presença do colégio cardinalício, dos diplomatas permanentes e outras figuras de referência necessária; sendo que é nesta audiência solene que é lida e entregue nas mãos do pontífice a carta de crença e obediência, fazendo então um dos membros da embaixada, habitualmente o orador responsável pela comunicação oficial, um discurso de circunstância, ao qual o papa responde.

180 *Memórias*, fl. 211r e fl. 211v.

Daqui resulta uma questão: qual era, de facto, a posição do papa relativamente à França? Segundo o autor, Leão X joga no tabuleiro da política externa europeia conforme as tendências dominantes. Isto é, apesar das posições oficiais do papado normalmente favoráveis a Espanha e ao Imperador¹⁸¹, ele não deixa de assumir compromissos com facções adversárias sempre que isso lhe traz vantagem. É precisamente o caso do encontro em Bolonha, em 1516. Para o Fidalgo, Leão X revela-se desde o início do seu pontificado simpatizante dos interesses francófonos em Itália, retirando todas as vantagens políticas possíveis desta aliança no sentido da promoção da Casa Médici. Daí, no contexto da batalha do Marignan, acusar o pontífice de traição relativamente à liga italiana¹⁸² – a qual, saliente-se, os autores coevos confirmam¹⁸³.

Encontramos a mesma postura acusatória, por exemplo, numa missiva do rei espanhol ao imperador: “Parece que sua Santidade tem estado a fazer jogo duplo. Todo o seu zelo em expulsar os franceses da Itália mais não é do que uma máscara.”¹⁸⁴

Leão X alinhou, de facto, com os inimigos de Francisco I antes da batalha no sentido de oferecer resistência ao invasor francês. No entanto, fê-lo sempre de forma discreta e cautelosa, nunca dando azo a ofender abertamente o rei francês. Dito de outro modo, precavendo a cada momento uma possível vitória deste último, o que veio de facto a acontecer. E na realidade, resolvido o conflito, rapidamente o pontífice fez as “pazes” com o Valois, tentando sempre obter favores para os seus parentes, em particular o seu irmão Giuliano que já tinha recebido um arcebispado do rei francês¹⁸⁵.

Em suma, as ambições dinásticas de Leão X revelaram-se de forma aberta precisamente neste encontro narrado pelo Fidalgo de Chaves. Por outro lado, o novo pontífice desejava utilizar a presença francesa em Itália para refrear ao máximo as ambições não veladas do ainda arquiduque Carlos, quando este ascendesse ao trono espanhol e eventualmente ao império, o que veio a acontecer no primeiro caso logo em março do ano seguinte e no segundo caso em 1519¹⁸⁶.

Fica, no entanto, a questão de que a *Concordata de Bolonha*, de facto, impôs ao papa a organização da igreja francesa pela Coroa, com todas as consequências daí

181 “Naquelle tempo tinham feita ligua, scilicet, de huma parte o papa E el Rei de castela E o de Jnglaterra, o duque de milão E a senhoria de sena. E da outra parte era el Rei de frança, venezeanos, E o duque de ferrara. E desta maneira estauão postos em armas huns contra os outros. E todo o feito era sobre o ducado de milão que el Rei de frança queria pera si.” In *Memórias*, fl. 209r e fl. 209v.

182 “Da causa porque o duque E soços nam foram ajudados dos exerçitos do papa E del Rey de castella.” *Memórias*, fl. 210v. e fl. 211r.

183 Cf. Francesco Guicciardini – *Storia d'Italia*. Firenze: Lorenzo Torrentino, 1561. Giovanni Antonio Pecci – *Memorie storico-critiche della città di Siena*. Edizione originale Siena 1755-1760. Siena: Cantagalli, 1988.

184 Gustav Adolph Bergenroth (ed.) – *Calendar of Letters, Despatches, and State Papers, relating to the negotiations between England and Spain, preserved in the Archives at Simancas and elsewhere*. Vol. II. London: HMSO, 1862-1868, p. 240.

185 Cf. D. P. Kidder – *Life And Times Of Leo The Tenth*. Whitefish: Kessinger Publishing, 2010.

186 Cf. William Roscoe – *Life and Pontificate of Leo X...*, vol. III.

decorrentes, nomeadamente a confirmação da tendência separatista da igreja católica de França em relação a Roma e ao pontífice.

2.2.6. A delegação do cardeal húngaro de *Strigonia* a Roma

Ao falar da delegação húngara que deu entrada em Roma, à qual assistiu, e em particular do seu líder, o cardeal de Strigonia¹⁸⁷ – Tamás Bakócz (1442-1521, cardeal desde 1500)¹⁸⁸ –, o autor das *Memórias* revela uma enorme reverência pelo facto de tratar-se de um “cardeal de guerra”, ou seja, de um alto dignitário da Igreja Católica que, por habitar nos limites fronteiriços da Cristandade, assume pessoalmente as tarefas guerreiras contra o principal inimigo da fé cristã, à época, o Turco otomano:

“Neste tempo veo a Roma hum cardeal de striguonia, natural dungria o qual era homem Ja bem velho E de muita autoridade. dizse que tinha de Renda mais de çem mil cruzados. E que elle tem ha guarda de belgrado E doutras fortalezas que confinam com os turcos, E mantem ha guerra contra elles A sua custa. E trazia passante de çento E vinte de caualo.”¹⁸⁹

É fácil identificar um inflamado espírito de Guerra Santa na observação do autor, perfeitamente de acordo, aliás, com o ambiente ideológico dominante no seu reino de origem. Daí também não serem de estranhar as suas palavras posteriores: “a entrada deste cardeal foi a mais louuada de todalas nações que em todo tempo que estiue em Roma vi. tirando a embaixada de portugual.”¹⁹⁰

Nada da informação fornecida pelo Fidalgo acerca desta delegação sai fora do âmbito guerreiro e do fomento do espírito da “guerra justa”. Inclusive as descrições do vestuário e dos cavalos utilizados pelos húngaros têm sempre como referencial o Turco, ou seja, o inimigo e a guerra¹⁹¹.

O cardeal de Strigonia – tal como o cardeal helvético Matthäeus Schiner (c. 1465-1522, cardeal desde 1511)¹⁹², largamente evocado no documento por razões militares, embora no quadro da luta entre cristãos¹⁹³ – constitui a materialização perfeita da simbiose entre a Igreja católica, em particular da sua cúpula hierárquica, e a prática da guerra na viragem do século XV para o século XVI¹⁹⁴.

187 Esztergom, na Hungria.

188 Desde 1490 até à data da sua morte, em 1521, Tamás Bakócz foi o principal responsável pela política externa da Hungria.

189 *Memórias*, fl. 164r.

190 *Memórias*, fl. 164v.

191 *Memórias*, fl. 164r e fl. 164v.

192 Este prelado suíço impôs-se como um dos mais notáveis diplomatas papais no início do século XVI. Conselheiro íntimo do imperador Carlos V, Schiner trabalhou sempre para preservar a liberdade dos Estados Pontifícios da dominação francesa.

193 *Memórias*, fl. 159r, fl. 162r e fl. 210r.

194 Cf. David Chambers – *Popes, Cardinals and War. The Military Church in Renaissance and Early Modern Europe*. London: I. B. Tauris, 2006.

Na essência, as embaixadas à cúria pontificia nos alvares de Quinhentos constituem um espelho das cortes e dos monarcas que as projetam e enviam. E, nessa medida, acabam por traduzir mais ou menos fielmente a política externa e as intenções destes no quadro da geoestratégia da Europa. A forma como são programadas e postas em prática aliada à semântica geral e à simbólica final fazem delas, a um tempo, um poderoso instrumento do poder que pretendem representar.

Se no século XV as embaixadas à cúria romana, nomeadamente as de obediência, constituíam uma forma solene de vassalagem dos príncipes ao papa, a partir dos inícios do século XVI passou-se a acrescentar a esta função a de extraordinário e eloquente meio de divulgação e propaganda ideológica. A embaixada era o príncipe. Pelo que, quanto mais rica, faustosa e impressionante fosse mais este era invejado, temido e respeitado pelos pares, pela cúria e, superior objetivo de quem a enviava, pelo detentor da cátedra de S. Pedro.

Noutra vertente, não menos importante, as embaixadas à cúria veiculavam uma intensa troca de informações sobre a situação política na Europa e, acima de tudo, sobre as pretensões das Coroas que integravam a Cristandade.

Outra perspetiva ainda faz-nos vislumbrar o enriquecimento cultural proporcionado por estas embaixadas. Com efeito, as delegações mostravam o povo que as protagonizava, bem como as suas particularidades culturais e etnográficas. O que já de si era de extremo valor numa época onde se começava a olhar o diferente com uma genuína curiosidade, cada vez mais liberta dos condicionalismos religiosos normalmente impostos até aí. Mas quando surgem embaixadas como a portuguesa, que traz consigo algo mais que o traço europeu, seja do Ocidente ou de Leste, então a dimensão cultural e civilizacional destes eventos diplomáticos torna-se exponencial.

2.3. Embaixadores e agentes

Nas *Memórias*, a figura do embaixador é por diversas vezes evocada. Seja no sentido geral – “os embaixadores do emperador E dos Reis”¹⁹⁵ –, seja em termos objetivos, como acontece, por exemplo, no quadro da embaixada da Polónia:

“o bispo ficou Residente em curia, o qual vendo que o papa conçedera as JgreJas de portugal a el Rei [D. Manuel] (...) posto que era perlado, por fazer o que a seu ofício E carguo tocava, escreueo a el Rei [da Polónia] dandolhe conta disso, E que deuia pedir as de seu Reino pera os seus caualeiros (...).”¹⁹⁶

195 *Memórias*, fl. 178r.

196 *Memórias*, fl. 202v.

Em relação a Portugal, como temos vindo a verificar, a questão do embaixador e da ação diplomática em Roma reveste-se de uma importância superior no início do século XVI: a capital da Cristandade constituía à época o centro de todo um sistema informativo entre o Extremo e Médio Oriente e a Europa; estado de coisas de particular interesse para Portugal dadas as suas ambições imperiais e o inevitável choque com os interesses turcos no Oriente¹⁹⁷.

É o que o Fidalgo demonstra quando evoca a figura de João de Faria, primeiro embaixador português permanente na cúria papal, ou a chegada a Roma de D. Miguel da Silva (1480-1556)¹⁹⁸ para substituir aquele no cargo:

“Como dom João de castelo branco embaixador de português moReo em Roma E foi por procurador del Rei o doutor João de faria.”¹⁹⁹;

“neste tempo deu o papa ho estoque ao doutor João de faria pera el Rei de português. E elle se veo mandando sua alteza dom miguel a Roma por seu embaixador.”²⁰⁰

Também ao descrever a presença de Tristão da Cunha em Itália, o autor dá a ver a centralidade romana relativamente à política externa portuguesa, bem como a emergência do contacto assíduo entre o rei e o embaixador seu representante numa missão específica: “os negoçios de tristão da cunha eram de calidade que lhe conveo fazer detença em Roma tres meses por mandar Recados E avisos a el Rei, E aver Reposta de sua alteza”²⁰¹.

No quadro da descrição da *Guerra de Urbino* (1516-1517) identificamos a mesma linha de pensamento: o peso crescente dos embaixadores como figuras basilares nas relações de poder ao nível internacional no despertar de Quinhentos.

Mais ainda, no contexto deste conflito armado, ao evocar especificamente a participação do representante espanhol em negociações determinantes para o futuro de Itália²⁰², o autor faz transparecer a sua preocupação para com a sensível questão da escolha do embaixador.

197 Cf. Maria Augusta Lima Cruz – Contribuição Para o Estudo dos Correios Entre Portugal e Roma no Século XVI. *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris. 1 (1969) p. 463-467; Pedro Cardim – A prática diplomática na Europa do Antigo Regime. In *História e Relações Internacionais. Temas e Debates*. Ed. Nuno Rodrigues e Fernando Martins. Lisboa: Edições Colibri – CIDEHUS-Universidade de Évora, 2004, p. 11-53.

198 Embaixador permanente em Roma entre 1514 e 1525, D. Miguel da Silva foi um dos diplomatas e intelectuais portugueses mais eminentes do Renascimento. Foi bispo de Viseu, em 1526, e cardeal da Igreja Católica Romana, em 1539. Veja-se Sylvie Deswarte-Rosa – *Il Perfitto Cortegiano D. Miguel da Silva*. Roma: Bulzoni, 1989; Sylvie Deswarte-Rosa – La Rome de D. Miguel da Silva (1515-1525). In *O Humanismo Português 1500-1600*. Lisboa: Academia das Ciências, 1988, p. 177-307; Sylvie Deswarte-Rosa – Un Nouvel Age d’Or: la Glorie des Portugais à Rome Sous Jules II et Léon X. In *Congresso Internacional Humanismo Português na Época dos Descobrimentos*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993, p. 125-152.

199 *Memórias*, fl. 153v e fl. 154r.

200 *Memórias*, fl. 211r.

201 *Memórias*, fl. 181v.

202 Trata-se de Jerónimo Vich y Valterra (1459-1535), um aristocrata e embaixador que representou a Espanha em Roma durante os pontificados de Júlio II e Leão X.

E a inquietação que revela coloca-nos perante questões fundamentais para o futuro da diplomacia na Europa, como, aliás, os séculos seguintes irão comprovar: que critérios devem presidir à seleção desta figura cada vez mais importante nas negociações entre nações? A que perfil deve obedecer o selecionado para o cargo? Quais deverão ser, por definição, as capacidades técnicas de um embaixador? Que características emocionais deve apresentar? Qual o peso do elemento psicológico e moral na sua escolha? Que qualidades deve, em resumo, possuir o agente diplomático?²⁰³

Na *Guerra de Urbino*, após uma série de derrotas sucessivas, o papa Leão X recorre à ação conspirativa – “manhas nom licitas”²⁰⁴ – para levar a bom termo a sua campanha contra Francisco Maria:

“tanta Jente perdeo o papa E em tal estremo se vio o leguado que foi forçado as forcas (sic)²⁰⁵ da guerra mudarense em partidos E manhas nom licitas, os quaes tratos se começaram a fazer com o embaixador de castela Jeronimo bique prometendolhe o papa que lhe faria hum Jrmão cardeal com tanto que elle fizesse que os espanhoes que erão com françisco maria ho deixassem. azeitando o embaixador este partido pera mais breue expedição de seus negoçios contrataua com alguns dos capitães espanhoes que dessem françisco maria nas mãos do papa”²⁰⁶.

Esta passagem mostra como, de facto, o ofício de embaixador podia ser perigosamente utilizado em proveito próprio na aurora da modernidade, na medida em que esta figura de proa da política externa ainda se movimenta com uma razoável liberdade de ação relativamente à entidade superior que representa, o rei. Algo que em breve, de forma progressiva, deixará de acontecer com a mutação profunda quer da essência do cargo de embaixador, quer da própria diplomacia em geral²⁰⁷.

O Fidalgo neste ponto é, aliás, bastante incisivo, pois não deixa de expor a amplitude da traição levada a cabo pelo embaixador espanhol:

“este foi hum dos começos de Jeronimo bique que se declarou vender a fieldade de seu ofício E carguo, E sua mesma honrra, E aos seus naturaes E aos que eram liguados com seu Rei E seguiam seu seruiço. tudo por cobiças desordenadas de dadiuas E promessa

203 Cf. José Calvet de Magalhães – A acção diplomática no pensamento dos diplomatas portugueses dos séculos XVII e XVIII. In *A Diplomacia na História de Portugal*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1990, p. 15-29.

204 *Memórias*, fl. 217r.

205 *Leia-se as forças*.

206 *Memórias*, fl. 217r e fl. 217v.

207 Cf. Lucien Bély – *L'art de la paix en Europe. Naissance de la diplomatie moderne XVIe-XVIIe siècle...*; Pedro Almeida Cardim – A Diplomacia Portuguesa no Tempo de D. João III: Entre o Império e a Reputação. In *D. João III e o Império – Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Seu Nascimento*. Dir. Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos. Lisboa: Centro de História de Além-Mar e CEPCEP: 2004, p. 627-660; Pedro Cardim – Embaixadores e representantes diplomáticos da coroa portuguesa no século XVII. *Cultura. Revista de História e Teorias das Ideias*. Lisboa. 15 (2002) 47-86; Pedro Cardim – Politics and Power Relations in Portugal (Sixteenth-Eighteenth Centuries). *Parliaments, Estates and Representation*. 13:2 (1993) 95-108.

de lhe o papa fazer seu Jrmão cardeal, nas quaes obras alcançou nome de Jnfamia que durara pera sempre.”²⁰⁸

O autor alerta, por fim, para a forma como o jogo conspirativo do pontífice junto do embaixador espanhol dá os seus frutos: o jovem rei Carlos I²⁰⁹ cede à influência do seu representante e ordena a retirada das tropas espanholas que acompanham o duque de Urbino para o reino de Nápoles:

“E vendosse o papa em tal extremo, sendo mosembique medianeiro, acabou com el Rei carlo que mandasse sob grandes penas aos espanhoes que erão com o duque que se fossem pera o Reino de napole. (...) E foy a fim destes negoçios que os espanhoes per especial mandado del Rei carlo se foram pera o Reino de napole. E por estas cousas mal E deslealmente feitas alcançou mosembique que seu Jrmão fosse cardeal.”²¹⁰

Sem parcimónia, o Fidalgo dá assim a ver no seu relato a complexidade crescente que envolve a figura do embaixador. Numa época de intensa atividade diplomática, em que as relações internacionais europeias começam efetivamente a estruturar-se a partir das embaixadas permanentes, a figura escolhida para ocupar tal cargo tem de ser alguém dotado de características específicas²¹¹. Deve, enfim, ser resultado de um processo de seleção revestido do maior critério e cuidado, no qual fidelidade e honra se apresentam como condições essenciais.

O embaixador revela-se nas *Memórias* como um elemento de risco para a Coroa e para a política externa do reino que o envia²¹². Por isso deve ser recrutado entre uma elite da corte, próxima da Coroa, na medida em que é o próprio suporte internacional do poder do país que está em jogo. Uma má opção pode fazer com que o reino fique mal representado e inclusive corra riscos tão perigosos quanto desnecessários.

Intermediário, o embaixador ou representante diplomático possui uma liberdade de ação nas negociações que pode ser vital para os destinos da nação que representa. Ele não é, consequentemente, um instrumento passivo em todo este processo, antes a voz e os ouvidos da Coroa que representa em terra estrangeira. A sua escolha e o seu papel revestem-se, pois, da mais alta importância política.

É o que o Fidalgo atesta noutro momento do seu texto, aquando do conclave que culmina com a eleição papal de Leão X:

208 *Memórias*, fl. 217v e fl. 218r.

209 Carlos de Habsburgo torna-se rei de Espanha em março de 1516 (assume o cargo em 1517, após a morte do avô Fernando de Aragão).

210 *Memórias*, fl. 227r e fl. 227v.

211 Cf. Manuel Rivero Rodríguez – *Diplomacia y Relaciones Exteriores en la Edad Moderna*. Madrid: Alianza, 2000.

212 Cf. Lucien Bély – *L'art de la paix en Europe...*, p. 69-86.

“Como o cardeal mediçis veo a Roma, E das maneiras que teue pera ser papa. (...) era tambem ajudado pollos embaixadores de castela por que elle mais que outro era deuedor E em obrigação a el Rei dom fernando. E esperauasse que sendo papa nam desconheçeria o que el Rei por elle tinha feito, E contra todo mundo seria em ajuda E fauor de suas cousas.”²¹³

É inequívoca, portanto, a importância que nesta época de viragem (e de redefinição da atividade diplomática) a figura do embaixador assume nas mais diversas áreas da vida política e religiosa romana, inclusive a respeitante à eleição do Sumo Pontífice – um domínio que, de uma forma ou de outra, afetava todas as nações cristãs:

“os embaixadores dos Reis estão o mais do tempo ao torno em quanto assi estão ençerados sem criar nouo pontífice.”²¹⁴;

“nos primeiros çincoenta dias [o novo papa, Leão X] Reçebia os embaixadores E senhores de Roma com a mesma cortezia que fazia sendo cardeal, // fazendoos cobrir E assentar.”²¹⁵

Como observámos, ao mesmo tempo que se assumiam como o coração e o eixo político da Cristandade, Roma e em especial a cúria pontifícia afirmavam-se cada vez mais como centro privilegiado de informação universal²¹⁶. Todas as notícias de carácter político e geoestratégico importantes passavam pela *Cidade Eterna*, pelo que era vital e urgente às monarquias europeias aí manterem uma presença constante, por forma a estarem o mais bem informados possível acerca dos desenvolvimentos governativos e das grandes decisões políticas tomadas no *Velho Continente* que passavam, invariavelmente, pelo conhecimento do papado²¹⁷.

Neste sentido, não estranha que a Coroa portuguesa acompanhe a tendência geral europeia de optar por representações diplomáticas permanentes em Roma com ações informativas paralelas, de que o estabelecimento de redes de agentes e contactos constitui provavelmente o melhor exemplo²¹⁸.

213 *Memórias*, fl. 170r.

214 *Memórias*, fl. 170v.

215 *Memórias*, fl. 170v e fl. 171r.

216 Cf. Maria Augusta Lima Cruz – *Contribuição Para o Estudo dos Correios...*; Maria do Rosário de Sampaio Temudo Barata – Os Diplomatas Portugueses em Roma no Século XVI e as Informações Acerca do Turco e da Índia. *Portugaliae Historica*. Lisboa. 2ª Série. 1 (1991) 103-138.

217 Como salienta Yves Renouard, “Roma era o centro postal internacional mais activo de Itália e, sem dúvida, da Europa: as novas políticas militares, comerciais, espirituais aí convergiam e daí partiam por todas as vias. A *Cidade Eterna* era o centro mais bem informado das novas de toda a Cristandade, e aquele donde elas eram difundidas em todas as direcções.” Citado em Maria Augusta Lima Cruz e António Manuel Lázaro – A Linguagem Criptográfica na Correspondência Diplomática Portuguesa de D. Miguel da Silva e de Pero Correia: Origens e Significado. In *D. João III e o Império...*, p. 602.

218 Para um maior aprofundamento desta temática, vide Pedro Almeida Cardim – A Diplomacia Portuguesa no Tempo de D. João III...

Sempre enquanto hipótese pertinente, a jornada italiana do Fidalgo de Chaves afigura-se um bom exemplo deste fenómeno, neste caso sob a orientação do chefe de uma das maiores Casas aristocráticas da Península Ibérica: D. Jaime, 4º duque de Bragança. Com efeito, os soberanos e os grandes senhores europeus promoviam, para além das missões dos embaixadores oficiais e em permanência, o recurso a missões paralelas que visavam a obtenção no terreno de informações válidas a nível dos bastidores da política.

Referimo-nos ao importante papel desempenhado pelos “olheiros”, que funciona não raras vezes como um genuíno ato de espionagem, na caracterização proposta por Paolo Preto²¹⁹. As informações resultantes da arriscada (porque não beneficia da proteção e da imunidade que o cargo dito oficial garante logo à partida) atividade destes agentes são de natureza diferente das oficiais. Predominantemente espontâneas, genuínas e emocionais derivam da opinião pessoal que não se vê contrariada pelos ditames oficiais. São por isso mais reais e menos frias, até porque não são preparadas de antemão.

Estes agentes “colaterais” deixam transparecer nos seus relatos o que, de facto, sentem e pensam das pessoas e acontecimentos evocados. A sua autêntica opinião e não o que devem e podem dizer nos documentos oficiais. Bons exemplos são algumas das passagens das *Memórias* relativas aos dois papas e a diversos cardeais com quem o autor coexistiu em Roma²²⁰:

“foi [Júlio II] menos casto do que convinha a viguairo de christo E tam exçelentissimo barão. deleitousse muito em comer E beber, E muitas vezes sem tempo E ora limitado. (...) com quanto era belicoso E de RiJas Repostas, E pareçia por esta causa ser de muitos desamado, nom lhe poseram epitafios em sua sepultura.”²²¹;

“[o cardeal Alfonso Petrucci] fuisse com seus criados a Roma sendo do papa [Leão X] Recebido com tanto guasalhado E doces palauras (...). mas todos seus prometimentos foram falsos, por que a verdade hee mui maa dachar neste tempo por andar mui escondida.”²²²

Pedro Cardim destaca, especificamente, a capacidade da Casa de Bragança em incrementar neste período os dispositivos administrativos e as condições necessárias, à semelhança da Casa real, para desenvolver relações externas a um nível muito mais amplo do que até aí se tinha tentado. Até porque o século XVI é a centúria que vê

219 Cf. Paolo Preto – *I servizi segreti di Venezia. Spionaggio e controspionaggio ai tempi della Serenissima*. Milano: Il Saggiatore, 2010, p. 41-86, 185-234, 247-260, 301-380 e 433-446.

220 De ambos os pontífices, Júlio II e Leão X, o autor traça um retrato impressionante, não apenas físico e psicológico, mas também no que respeita à conduta espiritual e, sobretudo, secular enquanto líderes da Cristandade.

221 *Memórias*, fl. 169r e fl. 169v.

222 *Memórias*, fl. 212r.

despoletar os primeiros príncipes seculares com capacidade de implementar e executar estratégias políticas de projeção mundial²²³.

O contexto internacional no despertar quinhentista obrigava Portugal a ter os olhos postos em Roma. Afinal, o que aí se decidia em termos políticos, militares e económicos, acabava por se repercutir naquilo que era o centro de interesses da política externa portuguesa. Nessa medida, à semelhança da Coroa, era vital que a mais alta nobreza lusa protagonizasse uma permanente intervenção diplomática oficial e não oficial em Roma²²⁴.

Mas explicitemos melhor esta figura do “agente/olheiro”. Desde logo, uma questão se levanta: quem poderia sê-lo? Um mero estudante, um mercador ou até um fidalgo em busca de mercês podiam, com melhores ou piores resultados, desempenhar esta função. Na essência, alguém que se deslocasse ao destino visado com um propósito outro, que podia até ser de natureza pessoal, mas que de alguma maneira veiculasse informação válida e pertinente àquele que o enviara.

Falamos, em suma, de “intermediários” que pudessem viajar e circular com justificação e sem suspeita. Coisa que os embaixadores oficiais simplesmente não conseguiam realizar, desde logo pela própria natureza e classificação do seu cargo.

Peguemos, como exemplo e enquanto hipótese, no autor das *Memórias*, cujas características se enquadram no perfil referido: bom cortesão, ele alia os dotes diplomáticos (se bem que não aplicados de forma oficial, pois não é oficialmente um embaixador) à arte da espionagem. É alguém que procura o que de mais interessante possa acontecer na capital da Cristandade para bem informar o duque de Bragança. E não é fortuito que durante a sua permanência em Roma, apesar de ser um assumido criado do 4º duque de Bragança, esteja ao serviço de um dos principais cardeais, Alfonso Petrucci (c. 1490-1517, cardeal desde 1511), figura decisiva na eleição do papa Leão X de cujo apoio a monarquia portuguesa necessita para a prossecução do seu projeto expansionista – assim como a própria Casa de Bragança, que à época fazia correr junto da cúria um processo que visava a obtenção da autorização para converter direitos de padroado em comendas da Ordem de Cristo e de apresentação da Casa.

Da mesma forma, também não é casual que se movimente com tanta destreza e facilidade nos meandros da política de Roma, como demonstra o facto de aceder a documentos oficiais ou de obter informações de primeira linha e da maior atualidade relativas à política internacional em Itália, em particular a que passava pela cúria.

223 Cf. Pedro Cardim – A Diplomacia Portuguesa no Tempo de D. João III...; Pedro Cardim – A prática diplomática na Europa do Antigo Regime...

224 Cf. Eduardo Brásão – *Relações diplomáticas de Portugal com a Santa Sé*. 3 vols. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1973.

Com efeito, ao lermos o seu testemunho conseguimos entrever que esteja presente nas circunstâncias mais relevantes e controversas da vida política e social romana, sem contudo ninguém dar por ele ... Podemos igualmente pressentir o contacto e a circulação nas principais cortes aristocráticas e eclesiásticas romanas, bem como a convivência com as mais altas elites culturais, religiosas e políticas, em particular os humanistas, que então habitavam na capital da Cristandade.

E nada disto invalida que se tenha deslocado a Itália por conta própria, ou seja, neste caso específico, em busca de mercês e benefícios. Pode muito bem tê-lo feito, mantendo-se no entanto, em simultâneo, ao serviço do seu senhor.

Afinal, porquê salientar no seu relato, imediatamente após entrar em Roma, que “feita oração me fui apousentar A çidade onde estiue sete anos E onze dias, trabalhando neste tempo de ver E de saber as cousas notauées que se em Roma E naquellas partes passaram pera dellas saber dar conta a vossa Jlustrissima senhoria”²²⁵?

E porquê dirigir-se ao duque de Bragança assim que regressa a Portugal? Porque não rumou em primeiro lugar à terra onde vivia, natural destino depois de tão longa e demorada jornada? A condição de criado certamente não justifica tal decisão. Não será porque tinha de dar satisfação imediata do seu regresso e da missão que desenvolveu em terras italianas enquanto agente? Esta é, de facto, uma hipótese a reter, até porque tão grande urgência do contacto com o seu senhor decorre provavelmente do que lhe queria transmitir em pessoa nesse ano tão decisivo para as ambições da Casa brigantina – as quais dependiam da decisão do vértice da cúria romana. Algo precioso e que não podia com certeza esperar por um regresso calmo ao seu país natal.

Em síntese, estes agentes tinham, de facto, de ser homens de uma qualidade especial. Sem dúvida, como provam as *Memórias*, indivíduos de ação, dotados de uma atenção ativa e de um zeloso sentido de missão, capazes de suportar uma vida tão acidentada quanto movimentada e até perigosa:

“antes de sua partida [do núncio que D. Manuel pediu ao papa para ir a Portugal executar as bulas papais] alguns portugueses sisudos que erão praticos nas cousas de Roma E sabiam as de portugual, estranhavam muito a sua alteza quando se dizia que consentira hir de Roma homem estrangeiro a seu Reino com taes poderes a descobrir os segredos delle. naquelle tempo tinham em Jtalia pollo Reino mais Rico, E Rei mais pode // roso em diuersas partes do mundo, dizendo que abastara pera dar execução As bulas do papa hum dos portugueses estante em Roma”²²⁶

Naturalmente, esta atividade “marginal” envolve riscos acrescidos – os experimentados pelo autor ao serviço do cardeal Alfonso Petrucci, que acabou condenado

225 *Memórias*, fl. 139v.

226 *Memórias*, fl. 200v e fl. 201r.

e morto, podem muito bem constituir um exemplo válido. Afinal, enquanto agentes em missão, estes homens não representam o reino. Assim, têm de agir com cautela e secretismo, residindo muitas vezes aí a causa para o anonimato que não raras vezes os caracteriza. A sua ação não é “oficial”, pelo que não beneficia das imunidades e amnistias atribuídas aos embaixadores oficiais, figuras que vivem no estrangeiro como se estivessem no seu próprio país, ao abrigo das suas leis.

Evocando a já referida hipótese, o autor das *Memórias* representa os olhos e os ouvidos de D. Jaime onde ele não pode estar. No fundo, trata-se de enviar alguém para observar, ouvir e descrever, mantendo assim o seu senhor a par das grandes questões. Não é nenhum projeto conspirativo, antes a necessidade de alguém se manter informado devido à posição social que ocupa, aos interesses específicos da sua Casa aristocrática e à função que desempenha como conselheiro do rei.

Tratando-se ou não do autor das *Memórias*, aquele que pode constituir um bom exemplo de um agente do poderoso duque de Bragança em serviço na capital da Cristandade é o “solicitador” evocado numa missiva datada de 11 de maio de 1517, enviada por D. Manuel ao seu embaixador na cúria romana, o futuro bispo de Viseu, D. Miguel da Silva, e na qual o monarca recomenda o maior empenho e critério em patrocinar junto do papa a pretensão de D. Jaime:

“Muito vos encomendamos que trabalhees quanto posyuel vos for por ysto acabar, e de nos enviardes as prouisoões diso com os primeiros recados, porque asy nos prazera o fazedes, como se o negocio fose proprio noso; e se pera esta expidiçam convier ao solicitador do duque, que ysto vos ha de Requerer e lembrar, emprestardes quinhentos ou seiscentos ducados do dinheiro noso que la tendes, enprestay os cobrando asynado, e tod aquela pesoa a que ho duque vos spreuer que os entregues, (...) e encomendamos vos que tomes diso grande e especial cuidado.”²²⁷

Uma derradeira palavra para os “embaixadores” da própria Igreja, seja na qualidade de legados, núncios ou simplesmente cardeais. Várias vezes citados nas *Memórias*, o seu desempenho é fundamental no desenvolvimento das relações internacionais no complexo amanhecer de Quinhentos:

“Tanto que o papa foi em Roma mandou a Lourenço de campeio auditor da Rota que aguora hee cardeal a alemanha ao emperador maximiliano. E caçador Jsso mesmo auditor da Rota a castela a el Rei dom fernando E a portugal a el Rei dom manoel E outros nunçios a Vngria E a outros Reis cristãos. E assi a el Rei de frança E aos cinco cardeaes noteficandolhes o conçilio geral em Roma em são Johão de latram.”²²⁸;

227 “Cartas de crença e despachos para D. Miguel da Silva (1517 – Maio 11?). In *Corpo Diplomatico Portuguez...*, p. 432-433.

228 *Memórias*, fl. 146r.

“Como o nunção que el Rei pedio ao papa pera dar execução a suas bulas, se partio pera portugal, E de sua tornada.”²²⁹;

“O cardeal destriguonia se partio neste tempo pera vngria com poderes de leguado alatere”²³⁰.

Consciente de estar a perder terreno ao nível do poder secular para a figura régia, a Igreja tentava nos alvares de Quinhentos manobrar em sentido diverso sempre que podia. Um exemplo desta tentativa de conservar a independência em relação aos poderes laicos são os próprios cardeais. Não raras vezes colocados entre o soberano do seu reino de origem e o próprio líder espiritual, o papa, os cardeais estrangeiros agiam de forma dúbia e até sinuosa: ora como verdadeiros embaixadores dos seus países em Roma, ora, ao invés, como extensões da vontade pontifica junto dos seus soberanos. Uma posição delicada da qual o cardeal português D. Miguel da Silva ou até Thomas Wolsey (1473-1530, cardeal desde 1515) em Inglaterra são bons exemplos.

A melhor representação deste quadro nas *Memórias* reside provavelmente nas duas grandes confrontações referenciadas entre cardeais e pontífice. A primeira relativa aos príncipes da Igreja que enfrentaram Júlio II e conduziram à realização do concílio cismático de Pisa-Milão (1511-1512)²³¹. Esta “ruptura” revelou, aliás, que existiam no Sacro Colégio cardeais capazes de reivindicar o melhor para a Igreja enquanto farol espiritual da Cristandade²³². A segunda concernente à conspiração dos cardeais contra Leão X, em 1517²³³.

Apesar de envolverem razões de ordem secular, como a supremacia régia ou a promoção pessoal de determinadas figuras cardinalícias, o facto é que estes dois momentos revelaram, por um lado, que o conciliarismo ainda não estava totalmente derrotado e que a ideia do papa constituir o chefe supremo e inquestionado da Igreja ainda não era uma máxima completamente assente, e, por outro, que a preocupação espiritual e religiosa ainda pairava sobre alguns sectores do Colégio de cardeais²³⁴:

229 *Memórias*, fl. 200v.

230 *Memórias*, fl. 203r.

231 Considerar a oposição dos cardeais cismáticos a Júlio II como uma mera manobra política protagonizada pelo rei francês Luís XII é tão simples quanto redutor. Com efeito, os cardeais cismáticos opuseram-se a Júlio II em plena consciência, ou seja, por que de facto tinham razões muito válidas para tal: era urgente reformar a Igreja, mas tal processo só poderia ser efetivamente firmado e posto em prática através de um concílio, o qual o papa havia prometido convocar aquando da sua eleição. A realidade é que nunca o fez. Por outras palavras, o papa falhou no seu juramento e, nessa medida, estava em falta não apenas para com o sacro colégio mas sobretudo para com toda a comunidade dos fiéis. Cf. Julian Klaczko – *Rome and the Renaissance: The Pontificate of Julius II (1503)*. Whitefish: Kessinger Publishing, 2007.

232 *Memórias*, fl. 144v a fl. 149r; fl. 156r; fl. 159v a fl. 160v; fl. 165v e fl. 166r; fl. 173r e fl. 173v.

233 *Memórias*, fl. 219v a fl. 226v. Para aprofundar esta temática, veja-se Battista Picotti – *La congiura del Cardinali contro Leone X. Rivista Storica Italiana*. XL (1923), p. 249-267; Fabrizio Winspeare – *La congiura dei Cardinali contro Leone X*. Firenze: Editore Olschki, 1957.

234 Cf. Aldo Landi – *Concilio e Papato nel Rinascimento (1449-1516): un problema irrisolto*. Torino: Claudiana, 1997; Ennio Innocenti – *Storia del potere temporale dei papi*. Napoli: Grafite, 2001; James Henderson Burns, Thomas M. Izicki (ed.) – *Conciliarism and*

“Das cousas em que se os cardeaes fundarom pera convocar conçilio contra o papa. (...) os [cardeaes] que se aRedarom podiam convocar o dito conçilio E suprir a negligência do papa que permitira ao Juramento que dentro de dous anos conuocaria conçilio. E nam o fez. (...) pollo nam querer fazer lhes foi liçito procurando a Reformação da JgreJa”²³⁵

É também por isto que, de alguma forma, a presença de Erasmo e outros humanistas cristãos paira sobre as *Memórias*. Afinal, toda a obra erasmiana é inspirada por um único ideal: a reivindicação da autêntica espiritualidade, do retorno a Cristo e ao espírito e à letra dos Evangelhos e a consequente renovação religiosa da Europa através do *humanismo cristão*, que o autor claramente partilha²³⁶.

Conclusão

Acompanhando de perto o *furor politicus* que atravessa a Europa no início do século XVI – claramente devedor da emergência das monarquias nacionais e da ascensão das principais Casas dinásticas europeias –, as *Memórias* revelam como à época a política externa e a atividade diplomática entram, de mãos dadas, numa nova era²³⁷.

Politicamente fragmentada mas culturalmente brilhante, cabe à Península Itálica assumir o papel de palco privilegiado de todas estas mutações de carácter internacional, em particular do confronto entre as mais fortes e ambiciosas nações da Cristandade ocidental, a França e a Espanha, na disputa pela hegemonia política na Europa.

Neste quadro, Roma, que é também a sede da Cristandade, distingue-se pela política, pela diplomacia, pela cultura e pelo cosmopolitismo. Na essência, a *Cidade Eterna* assume a sua centralidade no jogo da política internacional, tornando-se polo de confluência de toda uma imensa rede de mobilidades político-diplomáticas que abarca a grande maioria da Europa. E Portugal, esse periférico e pequeno reino que as viagens marítimas e a chegada à Índia, em 1498, trouxeram para uma posição de destaque, ganha protagonismo neste intenso palco internacional. Disso dá conta, de forma evocativa, o testemunho do anónimo Fidalgo de Chaves.

papalism. Cambridge: Cambridge University Press, 1997; Nelson Hubert Minnich – Julius II and Leo X as Presidents of the Fifth Lateran Council (1512-1517). In *La Papauté à la Renaissance*. Ed. Florence Alazard and Frank La Branca. Paris: Honoré Champion Éditeur, 2007, p. 153-166.

235 *Memórias*, fl. 144v.

236 Cf. A. G. Dickens, Whitney R. D. Jones – *Erasmo el Reformador...*; Jean-Claude Margolin – *Érasme précepteur de l'Europe*. Paris: Julliard, 2005; José Sebastião da Silva Dias – *Correntes de sentimento religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*. 2 vols. Coimbra: Instituto de Estudos Filosóficos, 1960; José Vitorino de Pina Martins – *Humanismo e erasmismo na cultura portuguesa do século XVI*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1973; Marcel Bataillon – *Erasme et la Cour de Portugal...*; Marcel Bataillon – *Erasmo y el Erasmismo...*; Marcel Bataillon – *Erasmo y España...*

237 A diplomacia vinha já sofrendo uma profunda transformação desde meados do século XV, precisamente tendo por cenário a Itália das cidades-estado. Aqui, como assinala Pedro Cardim, a fragmentação política conduziu ao “desenvolvimento prematuro de um sofisticado dispositivo diplomático (...). Em certo sentido, a Itália representava, em miniatura, aquilo que a Europa viria a ser nos séculos que se seguiram.” Pedro Cardim – *A prática diplomática na Europa do Antigo Regime...*, p. 13.